

Vectores Não-Económicos do Desenvolvimento Económico: O Alentejo e a Reforma Agrária*

Fernando Chagas DUARTE

Geógrafo - Técnico Superior na
Direcção-Geral de Pescas e Aquicultura

Resumo

Que interações se estabelecem entre os vectores não-económicos e o crescimento económico? Dentro do sistema social global, quais são os vectores mais importantes?

Definições territoriais e sectoriais relativamente coincidentes, complexas e coerentes, implicaram a escolha de um espaço delimitado - o Alentejo - e de um processo relevante, a Reforma Agrária. Ambos são suficientemente compreensíveis do ponto de vista da percepção social, histórica, política, ética, económica.

A matriz de análise obtida estabelece uma tipologia de relações e evidencia a importância do não-económico na explicação do comportamento da economia portuguesa.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Geografia económica; Factores não-económicos; Alentejo; Reforma Agrária.

Abstract

How do non-economic vectors interact with economic growth? Which from them are more relevant, within the global social system?

A territorial plus sector definition – suitable coincident, complex and coherent – are essential to define a study framework. That implied the choice of the Alentejo

* O texto que se segue é, no essencial, o resumo da tese de Mestrado defendida em Geografia e Planeamento Regional/Gestão do Território, na FCSH/UNL em 2002.

region and the agrarian reform in Portugal as relevant issues. At same time, both are understandable within the social, historical, ethical and political perception.

The final matrix establishes a relationship typology, projects the importance of the non-economic inside the Portuguese society and designs a diagnosis proposal where those vectors can be redirect towards the global economic system.

Keywords: Regional development, Economic geography, Non-economic factors; Alentejo; Agrarian reform.

Résumé

Comment les vecteurs non économiques interagissent avec la croissance économique? Dans le système social global, quels sont les vecteurs les plus importants?

Définitions territoriaux et sectorielles relativement coïncidentes, complexes et cohérentes, impliquent le choix d'un territoire délimité - l'Alentejo - et d'un processus relevant, la Réforme Agraire. Tous les deux, sont suffisamment compréhensibles du point de vue de la perception social, historique, politique, étique, économique.

La matrice finale établie une typologie de relations et met en évidence l'importance du non économique dans l'explication de la conduite de l'économie globale.

Mots-clés: Développement régional; Géographie économique ; Facteurs non économiques; Alentejo; Réforme Agraire.

1. Introdução

O enquadramento do tema no âmbito regional e na dicotomia entre “*uma perspectiva integrada sobre um sistema global*” e “*uma vasta possibilidade de soluções para um território*” deixa transparecer uma questão de fundo:

Que tipo de interações estabelecem os “*vectores não-económicos*”, na óptica do desenvolvimento integrado ?

O problema exposto traduz uma das questões fundamentais para a reafirmação de que a Ciência Social é o grande e único universo sistémico interpretativo da sociedade humana, antes de ser repartido em compartimentos mais ou menos fechados, aos quais corresponderão as ciências e as disciplinas do social.

Destas, a Geografia apresenta-se como uma disciplina-charneira, capaz de traçar uma diagonal sobre o conjunto da Ciência Social, com a inequívoca vantagem da proximidade e da interacção com as ciências naturais e experimentais (biologia, física, geologia, climatologia, etc.), do recurso próprio às ciências e disciplinas exactas (matemática, estatística, etc.), e da sobreposição com as ciências e disciplinas sociais e humanas (antropologia, história, sociologia, economia, política, psicologia, etc.).

As diferentes perspectivas que apontam o regional e o local como o melhor dos corpos de estudo para a ciência geográfica encontraram em Vidal de La Blache o seu máximo expoente. Aquela lógica geográfica remeteu para o registo monográfico quase todo o trabalho do geógrafo, estreitando-o na sua acção prática a um reconhecimento e à mera descrição do território. A profusão das possibilidades técnicas, trazidas com a informatização, a universalização do conhecimento e a globalização dos mercados, acrescida da aceitação do paradigma da complexidade por parte das ciências sociais, rapidamente lhe proporcionou outra capacidade analítica, quer do espaço, quer das actividades humanas. A articulação do local e do regional com o global passava a ter possibilidade de extravasar o que a cartografia analógica permitia. Ou seja, ao entrar no domínio comum do trabalho geográfico a cartografia automática, a detecção remota ou os sistemas de informação geográfica, todos os fenómenos passam a estar ao alcance da mão, com a vantagem de poderem ser analisados sistémica e integradamente.

É por esse motivo que a multi e a transdisciplinariedade ganham relevo dentro da Geografia, uma vez que o seu objecto de estudo por excelência – o espaço – permite, e até obriga, a que aquela diagonal de abrangência ganhe forma num caminho de complexidade crescente: são hoje do domínio quotidiano dos geógrafos as abordagens, quer teóricas quer práticas, sobre *meios inovadores, ordenamento territorial face à competitividade, planeamento estratégico, marketing territorial ou redes e centros urbanos enquanto geradores de economias de escala e de aglomeração*.

Neste texto o cruzamento do/com o sistema social total é o fulcro da análise, onde a palavra síntese é *Desenvolvimento*, afirmando-se a Análise Regional, ferramenta geográfica integrada, como um mecanismo de diagnóstico.

Para aferir da determinância dos vectores não-económicos, podem colocar-se três hipóteses de base, a verificar:

- a. Os vectores não-económicos interferem ou têm uma influência evidente, mostrando-se fundamentais para que o Desenvolvimento ocorra.
- b. Os vectores não-económicos são subsidiários, acompanhando o Desenvolvimento, mas não o influenciam;
- c. Os vectores não-económicos não têm interferência.

No caso de a primeira hipótese ser verdadeira, então pode levantar-se ainda uma hipótese de trabalho suplementar: quais são os vectores mais relevantes ?

Para tentar encontrar resposta àquelas questões, optou-se por uma delimitação territorial e uma definição processual que viesse a encontrar uma escala de análise útil, que, sem perder de vista o apuramento das interações das diversas componentes face ao Desenvolvimento, se mostrasse suficientemente compreensível do ponto de vista da percepção social, histórica, política e económica. O Alentejo e a Reforma Agrária evidenciavam, à partida, essas qualidades. Outras se revelariam mais tarde.

Realça-se, desde logo, uma evidência clara e prematura: a de que o processo de Reforma Agrária carece ainda, na nossa sociedade, de tempo para amadurecer e deixar arrefecer paixões de diversa índole. Procurou-se, por isso, o recurso a diferentes autores, pelo menos os identificados como paradigmáticos, tentando evitar o perigo da subjectividade inerente à análise própria.

Quanto às fontes de informação, de entre um imenso manancial disponível, recorreu-se preferencialmente aos dados do trabalho de campo de estudos já efectuados, procurando entre eles um fio condutor e deles retirando o *sumo* próprio de testemunhos datados e, tantas vezes, política e partidariamente posicionados. Em paralelo, aproveitando o percurso crítico entretanto efectuado sobre aqueles estudos por abordagens subsequentes – muitas vezes por parte dos próprios autores – tenta-se dar-lhes agora um cunho interpretativo inovador, na medida em que a distanciação temporal já o permite. Para a aferição complementar desta informação, foi ainda aplicado um filtro próprio, proporcionado através de inúmeras entrevistas conduzidas.

2. O Não-Económico e o Económico

Não sendo o crescimento económico o único, talvez nem sequer o mais importante, factor de desenvolvimento das sociedades, depende, contudo, da interacção de vários componentes, dos quais se destacam inúmeros vectores declaradamente não-económicos, e de onde emergem a organização social e cultural, a componente territorial e a respectiva satisfação das necessidades básicas das populações.

Pode argumentar-se que, num nível puramente analítico, os problemas económicos do desenvolvimento são simples, enquanto que os não-económicos (os aspectos sociais e da sociedade, culturais, da população, os históricos, geográficos, tecnológicos, ecológicos, políticos e éticos do processo) são muito mais complexos e potencialmente enganosos.

A definição de Economia remete automaticamente para uma perspectiva integradora de inúmeros vectores não-económicos que fazem parte do sistema. Assim, a Economia é vista como a análise das actividades de produção e de troca

entre os indivíduos, ou seja, como os seres humanos se comportam na organização das suas actividades de consumo e produção. Indo um pouco mais longe, pode definir-se Economia como a ciência da decisão, estudando as escolhas individuais ou dos grupos na utilização de recursos escassos ou limitados (trabalho, terra, equipamentos, conhecimentos técnicos e científicos) para produzir bens variados e para os preparar para consumo pelos vários membros da sociedade ¹.

De facto, a economia de uma região ou a de uma sociedade é o resultado directo da múltipla interacção dos vectores não-económicos, para que simplesmente o económico ocorra. A organização social está na sua génese, quer quanto à formação das classes sociais, quer quanto à forma como elas se dispõem e degladiam no sistema, quer para determinar como, quem e para que serve o Estado. Factores que se complementam na problemática territorial, quer quanto à administração e ordenamento do território, quer quanto à distribuição espacial das actividades dadas as particularidades geográficas da população e dos recursos.

É ainda produto da prestação técnica e cultural dos actores sociais, nomeadamente quanto à formação da mão-de-obra ou quanto às inovações. É simultaneamente origem e resultado da presença constante e continuada de filtros históricos, nos quais residem explicações e traços de coesão ou de fractura, permitindo maior ou menor capacidade empreendedora, ou um maior ou menor grau de confiança nas instituições. É ainda consequência da percepção ambiental e ecológica que os grupos sociais detêm do mundo que os rodeia, consequência também da concepção política e ética da gestão dos recursos que, em alta correlação, fazem depender as prestações dos estratos produtivos da sociedade. Em suma, é o resultado directo destes e de um inúmero conjunto de outros factores, todos eles interactivos e co-participantes para que a economia e o desenvolvimento se afirmem numa direccionalidade polivalente.

É então importante reter a noção de que a avaliação do grau de Crescimento e de Desenvolvimento se efectua de modo regular através da prestação económica das sociedades ou regiões, por meio de índices, cálculos e modelos dos quais derivam em linha directa. Se existe um vasto conjunto de vectores não económicos que colaboram na sua operacionalidade, então importa identificá-los mais em pormenor e, na medida do possível, avaliá-los.

¹ Por exemplo, Paul Samuelson define que, em termos gerais, *Economia é o estudo de como as pessoas e a sociedade decidem empregar recursos escassos, que poderiam ter utilizações alternativas, para produzir bens variados e para os distribuir para consumo, agora ou no futuro, entre as várias pessoas e grupos da sociedade.* (Paul SAMUELSON; William NORDHAUS *ECONOMIA*, 12ª edição, MacGraw-Hill, Madrid, 1990).

3. O Conceito e a Prática do Desenvolvimento na Organização da Sociedade

a. O Conceito de Desenvolvimento e o Ordenamento do Território

De acordo com François Perroux, o Desenvolvimento é encarado como a combinação de mudanças mentais e sociais de uma população, que a tornam apta a fazer crescer cumulativa e duradouramente o seu produto real global². Às estruturas mentais e sociais devem juntar-se os factores culturais, históricos, políticos e educacionais orientados no sentido de possibilitar o aumento da acessibilidade à distribuição dos bens e serviços básicos. É um conceito multi-disciplinar que, em si mesmo, ultrapassa o conceito meramente económico.

Segundo o actual conceito das Nações Unidas, os indivíduos são a verdadeira riqueza das nações, sendo objectivo fundamental do Desenvolvimento criar um ambiente que ofereça às populações a possibilidade de uma vida longa, feliz e saudável³.

Dada uma nova consciência global de escassez (ou da não renovação dos recursos), o conceito de Desenvolvimento sustentável apareceu pela primeira vez em 1987 no relatório Brundtland (Comissão para o Meio Ambiente e Desenvolvimento) que o definiu como: “o que satisfaz as necessidades do presente sem pôr em perigo a capacidade das gerações futuras para satisfazer as próprias necessidades”. Com o tempo, a definição tem vindo a degenerar e a ser utilizada com uma crescente carga de subjectividade, convertendo-se num conceito quase esvaziado de conteúdo, mas cuja utilização tem, muitas vezes, justificado os projectos mais agressivos⁴. Entende-se o desenvolvimento sustentável como a racionalização das actividades e dos recursos, garantindo a sobrevivência e a “passagem de testemunho” do desenvolvimento às gerações futuras: usar, mas gastar na medida em que os recursos se reponham e não se extingam.

O conceito de subdesenvolvimento, vulgarizado no pós-2ª Guerra Mundial, tem sido aplicado às sociedades que, em termos da sua prestação económica e sofisticação tecnológica, se mostram inferiores à média das principais nações do mundo ocidental. Mas são os aspectos sociais e culturais do subdesenvolvimento, assim como outros factores não económicos que fazem uma sociedade emergir daquela condição para um estágio de melhor performance económica, tecnológica e ambiental, que mais interessam conhecer em particular.

Rawls escreveu: “As desigualdades económicas e sociais deverão estruturar-se de modo a resultarem no maior benefício para a pessoa menos favorecida e,

² François PERROUX *ENSAIO SOBRE A FILOSOFIA DO NOVO DESENVOLVIMENTO*, Lisboa, 1987

³ O.N.U. *RAPPORT MONDIAL SUR LE DEVELOPPMENT HUMAIN*, 1990

⁴ O caso do Plano Hidrológico Espanhol, entre outros, é paradigmático.

simultaneamente, estarem ligadas a lugares e posições abertas a todos em condições de efectiva igualdade de oportunidades”⁵. Esta problemática acaba por traduzir, a qualquer escala, a realidade conhecida das sociedades desenvolvidas, onde a noção de justiça social tende a rever-se através de uma maior ou menor aproximação à equidade, aquilo que Villaverde Cabral designa de “sistema de oportunidades e recompensas económicas”⁶. De acordo com Rawls, apenas aquela aproximação à equidade constitui a justificação – não necessariamente a legitimação – para o sistema económico.

No pós-guerra, com o elevado ritmo de crescimento económico, generalizou-se a noção de que o caminho mais eficaz para se atingirem níveis económicos superiores seria através da organização racional da produção (planeamento), dependendo fundamentalmente da introdução e do desenvolvimento da indústria. O subdesenvolvimento caracterizar-se-ia, em geral, pela presença da agricultura como principal actividade económica, enquanto que as sociedades mais evoluídas se baseariam no aumento da força de trabalho no secundário (indústria transformadora, com uma elevada componente de indústrias de base) e no terciário (serviços). Todas as sociedades subdesenvolvidas seriam, portanto, pouco ou não-industrializadas e o seu processo de desenvolvimento podia ser, grosso modo, equacionado através da industrialização e de formas associadas da actividade económica.

As questões relacionadas e levantadas pelo Desenvolvimento Regional são particularmente recentes, quando a variável espaço passou a merecer a atenção de desagregação que agora conhece. A teoria económica recorria a tipos de análise e postulados que ignoravam as coordenadas geográficas ou os limites espaciais, demorando a atender às necessidades de explicação eminentemente dimensionais⁷. Dentro da tradição anglo-saxónica, já Isard em 1956⁸ lamentava que houvessem preocupações prioritárias com a variável tempo, em detrimento da variável espaço, negligenciando-a quase por completo.

Ignorar a perspectiva espacial quando se pretendem promover políticas de crescimento económico global conduz quase inevitavelmente a situações de agravamento de desequilíbrios, uma vez que não se podem ignorar os efeitos das economias de escala e das economias de aglomeração. Sabe-se que entre as diversas regiões se estabelecem relações de interdependência, tendencialmente desequilibradas que, caso se ignorem as variáveis espaciais, podem vir a anular ou mesmo a agravar as assimetrias inter e intra-regionais.

Porque os recursos são localizáveis, deduz-se uma organização espacial e territorial que deverá permitir condicionar as assimetrias e promover a inter-

⁵ RAWLS *A THEORY OF JUSTICE*, Harvard University Press, 1971 ou Editorial Presença, 1993)

⁶ Manuel VILLAVERDE CABRAL *CIDADANIA POLÍTICA E EQUIDADE SOCIAL EM PORTUGAL*, Oeiras, 1997

⁷ Simões LOPES *DESENVOLVIMENTO REGIONAL, PROBLEMÁTICA, TEORIA, MODELOS*, Lisboa, 1987

⁸ Walter ISARD *LOCATION AND SPACE ECONOMY*, 1956

disciplinaridade das políticas que, de forma concertada, transportem o bem-estar sócio-económico das populações para níveis mais altos e homogéneos. A análise espacial requer, deste modo, uma desagregação pluri-disciplinar e pluri-sectorial que, a longo prazo, permita avaliar os impactos das políticas, das acções de planeamento e respectiva gestão.

Sendo o planeamento o veículo que faz a transposição dos objectivos das políticas para o território, não pode ignorar quer a diversidade ou homogeneidade, quer os fluxos de inter-dependência que se geram entre as regiões. A actividade económica, em particular, necessita de análises tão desagregadas quanto possível (nomeadamente a nível sectorial), devendo ter-se presente que a evolução de determinada actividade ou sector depende fundamentalmente da intensidade dos fluxos gerados, da sua diversidade e da sua capacidade de adaptação aos processos de inovação.

Bento Rosado considera que as alterações das condições de desenvolvimento ocorreram devido ao acelerado processo de crescimento industrial, mobilizando os meios onde os havia e recolocando-os nas zonas onde os factores de produção industrial ganhavam mais competitividade, originando assim os grandes meios urbano-industriais, que cresceram à custa da matéria-prima e da mão-de-obra recrutada nas diferentes regiões. Neste contexto, e tendo em conta a forma diferencial como se geriram os recursos e as diferentes componentes económicas, originaram-se então diferenciações territoriais que, por sua vez, fizeram as regiões assumir características próprias, definindo e consolidando vários tipos de região. As regiões podem e devem ser observadas e estudadas de acordo com quatro critérios base, de forma integrada e sistémica: o desenvolvimento (critérios de crescimento e bem-estar económico-social), a predominância sectorial (agrícola, industrial ou industrial em crise), a concentração populacional (regiões urbanas vs. rurais) e a localização geográfica (regiões centrais, periféricas, fronteiriças ou insulares) ⁹.

Fazendo a colagem com o Desenvolvimento Regional, a questão do Ordenamento do Território é uma temática muitas vezes tratada indistintamente, tanto num sentido restrito como o de “planeamento físico”, na acepção anglo-saxónica do *physical planning*, como num sentido amplo de desenvolvimento.

Durante a década de 80 e início da de 90 o Ordenamento do Território foi também influenciado pelas opções neo-liberais das políticas económicas, a par de processos de regionalização mais ou menos atribulados ¹⁰. No período que se se-

⁹ Manuel BENTO ROSADO *DESENVOLVIMENTO REGIONAL CONTRIBUIÇÃO PARA O SEU ESTUDO E PLANEAMENTO*, Évora, 1997

¹⁰ França, Itália, Bélgica ou Espanha, por exemplo, passaram por processos de regionalização que comportaram diferentes problemáticas de organização, cuja dificuldade de concretização foi sendo ultrapassada dentro de um quadro de política regional interna - pese embora a integração destes países na Comunidade

guiu, as orientações para o Ordenamento do Território reforçaram a tendência recente quanto ao papel e o esforço das autoridades locais, em detrimento do papel dos Governos Centrais.

O Ordenamento do Território, ele próprio uma actividade económica, pode ser considerado, à vez, como um Meio para a resolução dos problemas espaciais, como ser considerado simplesmente um Obstáculo à sua concretização. Pode ser visto como um meio, assente na perspectiva de uma política para um novo crescimento, como por exemplo, através da descentralização das actividades no território permitindo o relançamento do crescimento global, criador de emprego, ou ainda através de uma política favorável às regiões rurais pouco desenvolvidas de forma a permitir a redução dos desequilíbrios do meio urbano/meio rural. Por outro lado, pode ser entendido como um luxo apenas realizável quando em períodos de esplendor económico e de prosperidade parecendo, em períodos de crise do crescimento económico, como supérfluo ou pelo menos secundário.

Jean-Paul Gaudemar¹¹ defende que o Ordenamento do Território tem como objectivo primordial a redução das disparidades regionais. No entanto, pela sua experiência como Presidente da DATAR e como Presidente do Conselho Científico da mesma organização francesa, verifica que em todos os países da OCDE o Ordenamento do Território e o Desenvolvimento Regional são enquadrados num contexto macro-económico, comunmente com problemas de emprego e com uma tendência para a redução das despesas públicas.

Assim, o Desenvolvimento Regional, enquanto conceito abrangente, passa para um plano secundário ou sofre uma filtragem quanto às decisões políticas, o que lhe retira eficácia e limita o âmbito de actuação (ao nível dos instrumentos financeiros, por exemplo). As políticas de Ordenamento, em particular, são também muitas vezes relegadas para segundo plano, situação que o Poder tenta justificar através do balanço da política de Ordenamento do Território: de facto, é vulgar os Governos recorrerem a séries estatísticas dos últimos 30 ou 40 anos, onde conseguem demonstrar que as disparidades dos rendimentos regionais foram, regra geral, consideravelmente reduzidas¹².

Uma tendência que se estabeleceu a partir do final dos anos 80 foi a modificação das relações entre os diversos actores do processo¹³. Sendo uma orientação de contornos fortemente políticos e ideológicos, a substituição do papel centralizador e patriarcal do Estado (hoje franca em regressão, mesmo nos países mais

de já ser um facto à altura do seu processo de regionalização. Portugal é um caso paradigmático duma regionalização não institucional e legalmente constituída, mas, com todas as restrições inerentes, operativamente instituída.

¹¹ Jean-Paul GAUDEMAR *L'AMÉNAGEMENT DU TERRITOIRE. NOUVELLES DONNES?* in *L'Espace Géographique*, Paris, 1989

¹² Trata-se, no fundo, do eterno conflito ideológico entre a *Equidade* e *Eficácia* do sistema.

¹³ Jean-Paul GAUDEMAR *Op. Cit.*, 1989

centralizadores) obriga ao ressurgimento de políticas que são, para todos os efeitos, resultado de concentrações pluri-dimensionais: o Estado e as estruturas territoriais (pressupostamente com autonomia) por um lado, e o sector público e o sector privado actuando em simultâneo, por outro.

Assim, as reflexões do momento passam por dois tipos de questões:

- Que tipo de relação a estabelecer entre o Administração Central e os agentes regionais quanto à definição de objectivos e gestão territorial;
- Que tipo de cooperação entre o nível público e privado é a mais eficaz para o território, no sentido da promoção do desenvolvimento das regiões.

A perspectiva actual é a de que o Estado já não pode actuar sozinho, não só porque não domina por completo os meios financeiros, mas sobretudo porque a filosofia do Ordenamento do Território sofreu uma inflexão profunda que está na origem e, ao mesmo tempo, é o resultado do envolvimento dos agentes locais no processo (situação aparentemente irreversível). Vai-se pois no sentido em que as decisões e as políticas estratégicas se encaminham para a cooperação e integração dos sistemas, minorando a conflitualidade entre o Estado e os níveis de gestão locais.

Naquele seguimento, a União Europeia elaborou o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC), um instrumento particularmente importante para, no futuro, os Países comunitários harmonizarem os seus fundos, os objectivos e as políticas próprias. Pretende ser um instrumento que, em paralelo com os níveis de planeamento definidos pelos Estados-membro, venha a desenvolver uma política integrada ao nível da UE, o que trará posteriores mas significativas alterações nos instrumentos de Ordenamento do nível nacional.

Em Portugal, foram criados novos instrumentos em relação à política anterior, em particular os considerados na Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo ¹⁴, o que introduziu inovações significativas, sobretudo quanto ao sistema de gestão territorial: são definidos o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.¹⁵

¹⁴ Lei 48/98 de 11 de Agosto e Decreto-Lei n.º 390/99 de 22 de Setembro.

¹⁵ Neste âmbito, serão criados novos tipos de instrumentos integrados, aliás a sua maior vantagem face ao modelo anterior: destacam-se os de natureza estratégica, orientadores das grandes opções para a organização territorial; os de carácter regulamentar para o planeamento territorial, nomeadamente quanto ao regime de uso do solo; os de carácter sectorial que programam ou concretizam as políticas de desenvolvimento económico e social de incidência espacial; e os de natureza especial, actuantes como meios complementares de intervenção da Administração.

b. A Dinâmica de Desenvolvimento Regional

As teorias do desenvolvimento regional, bem como os modelos estruturantes em que se baseiam, têm evoluído de acordo com diversos paradigmas resultantes, basicamente, de duas versões contrastadas do Desenvolvimento. As políticas regionais encontram a razão da sua existência na manutenção e agravamento de situações diferenciais de desenvolvimento, provocando efeitos negativos e profundos sobre o bem-estar das populações.

A constatação destes fenómenos, só por si, tem provado ser manifestamente insuficiente para justificar as decisões de política regional: a capacidade de opção e decisão sobre política e questões regionais passa pelo reconhecimento de que os desequilíbrios conduzem a situações de constrangimento e congestionamento económico e social e que, por isso mesmo, há necessidade absoluta de os combater. Desemprego, nível de escolaridade e formação profissional, crescimento sócio-económico são, por exemplo, alguns dos vectores que, sendo complementares, necessitam de políticas regionais e nacionais concertadas de forma a permitirem a construção de bases dinâmicas e duradouras que garantam os níveis de bem-estar e um leque de opções variadas às populações, libertando-as da dependência e da ignorância.

Os estudos de base regional surgem fundamentalmente após a 2ª Guerra Mundial, embora hajam referências a este tipo de questões deste meados do século XVIII¹⁶. Os primeiros ensaios sustentam-se em preocupações de crescimento económico, próximas de conceitos como progresso¹⁷, mais do que em considerações de desenvolvimento económico-social ou de inter-relações de dependência regional. De facto, as intervenções de políticas regionais nos países mais desenvolvidos só têm lugar quando o atraso das regiões implica um congestionamento ou um preço demasiado alto para o crescimento global do país. Assim, a redução das disparidades só é politicamente equacionada, na maior parte dos casos, quando se constata que o decréscimo do ritmo de crescimento verificado nas regiões ricas é imposto pelos problemas criados na exploração dos recursos das mais pobres.

No final dos anos 20, enquadrado no período “New Deal” de Roosevelt, a experiência americana do Tennessee Valley Authority (TVA), que pretendia uma organização do território de forma a se conseguir um aproveitamento mais racional dos recursos naturais, é tido como o embrião das futuras experiências europeias: foi a primeira vez que se tentou, com sucesso e surpresa, a implantação de uma

¹⁶ Por exemplo, CANTILLON nos *ESSAI SUR LA NATURE DU COMMERCE EN GÉNÉRAL*, de 1755.

¹⁷ Na concepção económica do termo.

política de planeamento económico de carácter territorial, tanto mais que se tratava de um país de regime e tradições liberais.

Desde o pós-guerra até à crise petrolífera de 1973 começa a haver uma evolução no sentido da tomada de consciência dos desequilíbrios regionais à escala internacional e nacional, surgindo as primeiras políticas efectivas de desenvolvimento regional. São, no entanto, as condições de crescimento económico regional e de desenvolvimento que levam a este estado de coisas (a par do aparecimento de teorias que sustentam que o desenvolvimento se efectua a partir da concentração em certos sectores – *indústrias motoras* – e em determinados centros – *pólos de crescimento* – propagando-se *a posteriori* o crescimento ao restante território):

- Taxas de crescimento elevadas que possibilitam a difusão espacial do desenvolvimento às regiões menos favorecidas
- Custos de produção baixos, nomeadamente energia e transporte, proporcionando melhores condições de crescimento, aumentando a competitividade regional;
- Maiores disponibilidades de financiamentos públicos para infastruturação, criadoras de emprego e geradoras de dinâmica económica.

A Itália aborda originalmente a questão do *Mezzogiorno* já dentro do quadro da adesão à CEE, que se efectuará em 1957. Sendo graves os seus problemas sociais, acabam por ser as questões económicas (ligadas à dificuldade de absorção no Norte industrializado da mão-de-obra excedentária do Sul) que conduzem ao equacionar das questões regionais: o poder central apoiou com diversas políticas uma região correspondente a quase metade do país (já com o financiamento de fundos comunitários) cujo reflexo inicial, desde 1957/58, se mostrou eficaz, através de ritmos de crescimento razoáveis. No entanto, o afastamento face ao Norte, mais competitivo, manteve-se.

A França desperta também para as suas graves assimetrias regionais, paradigmaticamente após a consciencialização trazida pelo “Paris e o Deserto Francês”. No entanto, estas questões levantam-se apenas quando Paris conhece uma estagnação do seu crescimento (atingindo efeitos de aglomeração que conduzem a deseconomias) aliada ao esvaziamento demográfico e económico do interior do país.

O Reino Unido, dada a sua grande diversidade quanto aos níveis de desenvolvimento e especificidades internas das suas regiões e como pioneiro nestas matérias em termos europeus (desde os anos vinte que a sua política orçamental demonstra preocupações na resolução de desequilíbrios internos, tentando resolver parte dos problemas gerados pela sua industrialização precoce, com sectores agora em decadência), irá impor à CEE dos Seis a definição de uma política comum para o desenvolvimento das regiões, que terá como grande reflexo a criação de um fundo de aplicação específica para esta matéria: o FEDER.

Os objectivos das políticas regionais, de acordo com as teorias keynesianas do pós-guerra, declaram o emprego como fundamental para o atenuar dos desequilíbrios. Consideram-se, no entanto, cinco grandes objectivos para a política regional:

1. Criar condições para um crescimento auto-sustentado;
2. Manter os níveis de rendimentos acima dum limiar tido como razoável;
3. Sustentar níveis de emprego, global e sectorial, acima dos limites tidos como aceitáveis;
4. Garantir que as taxas de desemprego não divirjam substancialmente entre as regiões;
5. Assegurar que os efectivos populacionais não conheçam perdas sensíveis que conduzam ao esvaziamento do território e que ponham em causa o crescimento económico da região.

Pesem embora os pressupostos que conduzem à necessidade da aplicação das políticas regionais, estas revelam-se demasiado vagas e generalistas para que consigam ter um valor prático real, de modo a que as medidas obtenham um impacto territorial consentâneo com os objectivos pretendidos: a diminuição dos desequilíbrios e o lançamento das bases para um crescimento regional efectivo e duradouro. Porém, como é salientado por Maillat ¹⁸, assim que se conseguem atenuar as disparidades, elas têm tendência para recrusceder.

A especificação dos objectivos é essencial: diferentes regiões têm diferentes problemas, logo requerem diferentes medidas ou tipos de políticas. Contudo, há que haver o cuidado de diferenciar quais os conjuntos de variáveis que explicam a ocorrência de determinado fenómeno e de que forma interagem, e não atacar um problema que, embora específico, possa ser meramente pontual ou circunscrito.

Verificam-se simultaneamente frequentes conflitos entre a Política Regional e a Política Nacional ou Comunitária. Estes conflitos baseiam-se nos traços essenciais dos objectivos macro-económicos dos diferentes níveis: preços estáveis, ritmo de crescimento económico elevado, pleno emprego, balança de pagamentos excedentária são impossíveis de atingir em simultâneo, quer temporal, quer espacialmente. Assim, surge a inevitabilidade de um conflito entre a necessidade da redução das disparidades regionais e o aumento do produto nacional, no curto e no médio prazo (já que no longo prazo os objectivos são, na teoria, coincidentes): numa lógica economicista, as políticas regionais, pese a boa intenção dos seus objectivos, conduzem a situações em que impedem a expansão e o aparecimento

¹⁸ Denis MAILLAT “*MILIEUX INNOVATEURS ET NOUVELLES GÉNÉRATIONS DE POLITIQUES RÉGIONALES*” in *POLITICAS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL*, Lisboa, 1997

das empresas mais competitivas, sobretudo através do controlo da localização industrial, promovendo a selecção de regiões mais abertas ou mais permissivas ¹⁹.

As regiões menos desenvolvidas são as que suscitam maior conflitualidade entre as políticas regionais e nacionais, uma vez que as considerações ligadas ao crescimento nacional favorecem a concentração do investimento num número reduzido de localizações (melhor servidas de infra-estruturação), gerando aí um crescimento a velocidade diferenciada face ao restante território que, inevitavelmente, conduz ao aumento das disparidades e desequilíbrios intra-regionais ²⁰.

As políticas regionais acabam, assim, por ter de se repartir entre medidas de política social e medidas de política económica, num claro confronto entre *Equidade* e *Eficácia*. De facto, os objectivos *Equidade* e *Eficácia* colidem com extrema facilidade, dado o antagonismo que tais propósitos encerram, tornando-se virtualmente impossível serem atingidos em comum. Dentro deste quadro, as políticas regionais, na sua vertente económica ou social, têm de assegurar uma coordenação e complementaridade com outras políticas sectoriais – num claro problema de escala – de maneira a atingirem os seus propósitos mais imediatos, numa forma persistente e de crescente eficiência.

Diversos autores ²¹ puseram em questão, no início da década de 90, a sustentabilidade das acções de política regional, concluindo pela indispensabilidade da existência um complexo urbano de suficiente envergadura para sustentar as dinâmicas de regeneração económica. Ou seja, verificou-se a necessidade de revalorização do urbano, em particular quanto ao papel determinante das cidades médias como função estratégica nas regiões menos dotadas em factores de localização.

Verifica-se que os sistemas territoriais de produção ²², dado o evoluir da globalização da esfera económica, entram em concorrência directa entre si, facto que leva a que, para se manterem ou desenvolverem, se vejam obrigados a serem capazes de adaptar, transformar e de inovar flexivelmente.

Ou seja, as empresas terão de encontrar um ambiente adequado ao seu posicionamento e evolução, nomeadamente quanto à questão da inovação e do partenariado, mas também quanto aos lugares e da capacidade de relacionamento e de comunicação com o exterior. O que se tem verificado, neste contexto, é que

¹⁹ Podem por isso, e no extremo, concorrer para situações de não investimento.

²⁰ A implantação do Complexo Industrial de Sines, em Portugal, parece ser um exemplo e um símbolo desta problemática. São-no também a maioria dos esquemas de apoio ao investimento pós-adesão à Comunidade, como por exemplo o PEDIP.

²¹ Michel QUÉVIT *LE RÔLE DES PME DANS LE DEVELOPPEMENT RÉGIONAL*, Université de Louvain-la-Neuve, 1992; Denis MAILLAT, et alii *VILLES DE L'ARC JURASSIEN: QUELS ENJEUX POUR LE DEVELOPPEMENT RÉGIONAL?*, Neuchâtel, 1993; Denis MAILLAT *Op.Cit.*, 1997

²² Na designação de Maillat, *systèmes territoriaux de production*, no original. (Denis MAILLAT *Op.Cit.*, 1997), mas também os *industrial districts* de Marshall, ou os *clusters* de Porter.

para que estes recursos estejam presentes e se façam sentir, aumentando as possibilidades de interacção dos agentes, é absolutamente necessário fazer-se sentir uma massa crítica mínima, algo que apenas uma cidade pode oferecer.

A cidade, nesta lógica, é constituída por um conjunto organizado de lugares e de recursos que lhe são muito próprios e que não se encontram disponíveis noutros locais da região, concretamente no meio rural ou no meio não-urbano.

Um exemplo definitivo destes recursos, próprios da cidade, é o das actividades terciárias, onde a emergência dos serviços para as empresas se mostra indispensável para o funcionamento e desenvolvimento lato do sistema territorial de produção: são serviços que abarcam as actividades na sua relação com o mercado (*design, marketing, publicidade, promoção de vendas, transporte de mercadorias, distribuição*), com a tecnologia (I&D, introdução de tecnologia de ponta, *expertise* e consultoria), para além de actividades de intermediação e de interface (tratamento de informação, logística, comunicação) ou de apoio ao funcionamento e à gestão das firmas (finanças, fiscalidade, seguros, assistência jurídica, controlo de qualidade, manutenção, serviços técnicos). Por outro lado, locais como os salões de mostras profissionais, os parques tecnológicos, os centros de investigação e de formação, as sedes das organizações ou o grande grupo dos locais de cultura e lazer são, por maioria de razão, locais urbanos.

É neste sentido que a problemática do desenvolvimento regional demonstra a necessidade de o sistema de produção territorial e o sistema de cidades médias apresentem uma coerência suficiente para que se afirme um quadro capaz de assegurar o sucesso das políticas territoriais. Ou seja, torna-se premente que os dois sistemas – o das cidades médias e o territorial de produção – entrem em interacção, mas que estejam simultaneamente em sintonia quanto à criação dos recursos e dos locais indispensáveis à sustentabilidade de uma dinâmica regional/local autónoma. Por isso, o actual desafio das políticas regionais de quarta geração relaciona-se com o desenvolvimento dos meios para que as cidades médias sejam capazes de estimular as externalidades próprias de *proximidade*, de *variedade* e de *acessibilidade*.

A *proximidade* define-se pelo encurtar das distâncias espaciais, em tempo e/ou custo, proporcionadas pela concentração e qualidade das infraestruturas, das organizações e das pessoas, ao mesmo tempo que revela especificidades identitárias da esfera cultural e económica derivadas do simples facto de existir algo de comum.

A *variedade* remete para a diversidade dos actores e das actividades em inter-relação no território: a cidade tem-se mostrado como o pólo aglomerador dos diferentes actores (indivíduos, empresas, associações, instituições públicas, etc.) e dos diferentes locais indispensáveis (centros de formação e de investigação, pólos de diversão, eixos de negócios, etc.).

A *acessibilidade* relaciona a capacidade de trocar, de transmitir, de comunicar, de compreender e de aprender: são as redes de transportes e de telecomunicações que lhe garantem o quadro de fundo, mas é também importante a presença de locais e de idiossincrasias que determinem que a imagem da cidade seja diferencialmente melhor face a outras dentro do contexto regional, nacional ou internacional.

Esta última geração de políticas de desenvolvimento regional, ainda em evolução, parte por isso do pressuposto de que as áreas metropolitanas não são a solução para a correcção das distorções regionais, mesmo que se lhes atribuam efeitos de arrasto benéficos sobre o seu *hinterland*. Pelo contrário, assume que as grandes metrópoles têm muito mais tendência para sugarem recursos das suas periferias do que propriamente vir a dinamizá-las, estando esta assunção muito dependente da sua capacidade de expansão em termos demográficos e económicos. Por isso, este novo paradigma das políticas regionais, reconhecendo os erros do passado, passa a estar extremamente focalizada sobre os meios de articulação e de interacção entre sistemas já impostos no território, os referidos sistemas de produção e da rede de cidades médias, no sentido de serem estimuladas as definidas externalidades de proximidade, de variedade e de acessibilidade.

4. A Articulação dos Vectores e das Variáveis

O Mundo Rural: O Espaço, A Sociedade e a Agricultura

Nos anos setenta já era visível que a sociedade rural deixara de se confundir com a actividade agrícola e esta já não unificava a sociedade rural com o seu território. É a célebre discussão de *la fin des paysans*²³, muito em voga àquela data no cerne do espaço europeu comunitário, França e Alemanha, em particular. O espaço rural transformava-se, fugindo ao controlo das populações locais que, com um certo alheamento, o vão ainda integrando e mantendo como tal com as suas práticas agrícolas, ao mesmo tempo que se procede a um longo êxodo rural, quer em direcção às áreas metropolitanas quer engrossando as fileiras da emigração.

O próprio conceito de espaço rural levanta efectivos problemas de definição e, desde logo, de caracterização, com resultados tão díspares quantos os autores e as realidades envolvidas. No modelo estatístico francês, por exemplo, a definição de espaço rural limita-se à densidade habitacional²⁴, ou seja, o espaço rural é assumido segundo um critério de “residual”: não é urbano, logo é rural.

²³ Fernando Oliveira BATISTA *AGRICULTURA, ESPAÇO E SOCIEDADE RURAL*, Coimbra, 1992

²⁴ Ou seja, na comuna onde não exista um aglomerado urbano de mais de 2.000 habitantes, entendendo-se entretanto uma aglomeração como um grupo de casas separadas umas das outras por menos de 200 metros de distância.

De facto, de acordo com José Madureira Pinto, a delimitação da sociedade rural encontra a sua caracterização junto de três contornos de distinção ²⁵:

- Importância das relações de interconhecimento na configuração dos principais processos sociais locais;
- Dependência em relação aos processos naturais e estreita ligação ao espaço local de grande parte dos agentes sociais que nele habitam;
- Persistência do grupo doméstico enquanto unidade de produção, consumo e residência.

Esta caracterização tem incorporada em si a relação espaço-processos sociais em duas dimensões generalizáveis a uma multiplicidade de comunidades rurais: o interconhecimento e a dependência dos recursos naturais. Contudo acresce-lhe ainda uma terceira dimensão, o plano da produção-consumo-residência, apenas generalizável aos meios rurais de dominância camponesa.

A região do Alentejo será um exemplo paradigmático de uma organização social com aquelas características, no que se refere à dependência do meio natural e dos processos naturais e à ligação ao espaço local, onde o processo histórico do latifúndio gerou assalariamentos maciços, estreitou os grupos sociais intermédios e promoveu fortes assimetrias sociais ²⁶.

A conceptualização do mundo rural feita por Paulo Pedroso ²⁷, *cortando a excessiva ligação entre rural e urbano*, passará por:

- Baixas densidades populacionais, com diversas formas de povoamento (dos pequenos aglomerados ao povoamento disperso), implicando ampla paisagens de dominante não construída;
- Dependência económica e simbólica de formas de exploração dos recursos naturais (agrários, florestais, aquáticos, do subsolo), quer na produção agrícola, agro-industrial, mineira, quer nos serviços (turismo);
- Um modo de vida centrado na intensidade das relações locais baseadas no interconhecimento e na ligação à Natureza como factores de identidade colectiva – dos residentes – e de produção de alternativa aos meios urbanos – para os novos residentes e os consumidores de origem urbana.

Esta caracterização, ao deixar para trás um carácter residual definidor do mundo rural a que está inerente um vínculo ideológico relativo à dominância da sociedade urbana, permite estabelecer níveis de diferenciação rural-urbano:

²⁵ José Madureira PINTO *ESTRUTURAS SOCIAIS E PRÁTICAS SIMBÓLICO-IDEOLÓGICAS NOS CAMPOS: ELEMENTOS DE TEORIA E DE PESQUISA EMPÍRICA*, Porto, 1985 e *ESPAÇO SOCIAL RURAL: ESPECIFICIDADE, FUNÇÕES, TRANSFORMAÇÕES* in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, Coimbra, 1981

²⁶ Afonso de BARROS *DO LATIFUNDISMO À REFORMA AGRÁRIA: O CASO DE UMA FREGUESIA DO BAIXO ALENTEJO*, Lisboa, 1986; Paulo PEDROSO *Op.Cit.*, Oeiras, 1998; Manuela REIS *PÓS-LATIFUNDISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL* in *Sociologias, Problemas e Práticas*, nº 13, Lisboa, 1993

²⁷ Paulo PEDROSO *FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL*, Oeiras, 1998

demográficos, económicos, simbólicos, sociológicos. Acaba, assim por pôr a tónica na articulação entre espaços, seja pela combinação entre espaços rurais diversificados, ou pela antítese ao espaço urbano – este não dependente de recursos naturais, densamente povoado, onde o interconhecimento não é factor tão determinante na estruturação social.

Quanto à questão da estruturação espacial da divisão do trabalho, importante complemento na assimetria rural-urbano, a noção de *funções externas do espaço social rural*²⁸ pode conduzir a uma melhor objectivação. Estas funções externas são entendidas como vectores de subordinação do espaço rural face ao urbano. Ou seja, são a esfera de dependência criada a partir da inter-relação social gerada entre os diferentes espaços: o fornecimento de bens alimentares à população e de matérias-primas às indústrias localizadas a jusante da produção agrícola, a reserva e o fornecimento de mão-de-obra aos sectores produtivos não agrícolas, a reserva de solo e de espaço físico em geral, e mesmo as funções político-ideológicas de conservação e/ou estabilização da ordem social.

Neste seguimento, quaisquer transformações nos espaços rurais são entendidos na subordinação destes à realidade urbana, sobretudo no que diz respeito às questões económicas e sociais – fornecimento de produtos, força de trabalho e solo – e às questões simbólico-ideológicas – através do conservadorismo²⁹, pela socialização familiar inerente, ou pela ruralidade presente, dada a proximidade constante do ambiente natural.

No Alentejo a alteração de conceito e de uso efectivo do espaço rural tem razões próximas, tão próximas que se irão mostrar essencialmente após o virar da década de setenta – na região, irão passar-se em simultâneo com o desenrolar do processo de Reforma Agrária. Muitos dos trabalhos que foram desde sempre executados nos campos são agora transferidos para pequenas e grandes unidades fabris, ganhando determinante no mundo rural e agrícola os espaços agro-industriais e os inerentes à prestação de serviços e ao fornecimento de meios de produção.

A mecanização, a electrificação dos povoados e dos estabelecimentos agrícolas e as alterações das práticas agrícolas conducentes a uma maior intensividade da exploração da terra (adubos e fertilizantes, por exemplo) conduziram a uniformizações quanto ao padrão de trabalho, outrora muito diferenciado regionalmente, quer quanto ao uso de alfaias agrícolas, de práticas culturais, ou quanto ao estatuto do trabalhador agrícola³⁰.

²⁸ João Ferreira de ALMEIDA *SOBRE A MONOGRAFIA RURAL*, in *Análise Social*, n.º 52, Lisboa, 1977; e *CLASSES SOCIAIS NOS CAMPOS CAMPONESES PARCIAIS NUMA REGIÃO DO NORDESTE*, Lisboa, 1986; José Madureira PINTO *Op.Cit.*, 1985 e *Op.Cit.*, 1981; Paulo PEDROSO *Op.Cit.*, 1998 e Afonso de BARROS *A SOCIOLOGIA RURAL PERANTE A PROBLEMÁTICA DO ESPAÇO*, in *Sociologia – Problemas e Práticas* n.º 8, Lisboa, 1990

²⁹ Não remissível, pelo menos no mesmo grau, para contextos rurais não camponeses.

³⁰ Fernando Oliveira BATISTA *Op.Cit.*, Coimbra, 1992

Toda esta realidade é suportada pelas alterações das relações de mercado, com as transformações dos hábitos e dietas alimentares das populações urbanas em primeira instância e da população rural depois. A rede viária conhece um aumento qualitativo extremo – tardio é verdade, mas concreto – quer em quantidade quer em qualidade. As comunicações, sobretudo com a difusão da televisão, traçam a ideologia urbana rapidamente para dentro do mundo rural: o campo aproxima-se da cidade mas afasta-se da agricultura. O processo de Reforma Agrária, pelo contrário, promoverá um percurso inverso com uma aproximação da agricultura e do mundo rural ao imaginário da sociedade urbana. A sociedade urbana que aderiu à revolução, principalmente a da capital, procurou as suas próprias raízes rurais, num regresso voluntário às actividades agrícolas de que são exemplos flagrantes as viagens de trabalho solidário às UCP's, mas talvez ainda mais o aproveitamento muito sistemático de pequenos espaços da cidade para a criação de pequenas hortas familiares, que vulgarmente tomavam a designação da *minha reforma agrária*.

De algumas décadas para cá a mão-de-obra agrícola começou a deixar os campos para procurar emprego nas grandes cidades – pelo menos nas capitais distritais – atenuando de forma explícita o fosso de vivência na demarcação urbano/rural. Mais ainda, as populações que vivem nas explorações agrícolas foram cada vez mais combinando o amanho das terras com o trabalho industrial ou terciário. E o Alentejo, embora não sendo um exemplo paradigmático desta realidade, também não tem sido excepção. Em paralelo, sabe-se que muito do emprego da região, sobretudo nos concelhos mais pequenos, é suportado directa ou indirectamente pelas Câmaras Municipais – que assumem um papel de equilíbrio económico e social das comunidades, papel que francamente as ultrapassam do ponto de vista ético ou material – emprego que, em muitos casos, é complementado com o uso de pequenas parcelas de terra para auto-sustento familiar.

Contudo, esta diferenciação entre espaços não é reduzida à dimensão urbano-rural, sendo um problema muito actual e intrínseco, por exemplo, quanto ao contexto dos *espaços rurais camponeses e não camponeses*. A própria Comissão das Comunidades Europeias, recorrendo aos trabalhos de Bernard Kayser³¹, tem-se preocupado com a transição dos espaços rurais aos urbanos, dando especial ênfase à fragmentação interna dos espaços rurais. Assim, Kayser definirá uma tipologia mais abrangente e menos unificadora de espaço rural, em quatro categorias integrantes das sociedades contemporâneas:

- A da **Terceira Coroa Periurbana**, onde os processos de urbanização vão encontrar espaços onde a agricultura e a sociedade rural estão ainda em

³¹ Bernard KAYSER *LA RENAISSANCE RURALE: SOCIOLOGIE DES CAMPAGNES DU MONDE OCCIDENTALE*, Armand Colin, Paris, 1990 e *L'AVENIR DES ESPACES RURAUX. CHOIX DE SOCIÉTÉ ET VOLONTÉ POLITIQUE*, in *FUTURIBLES* n° 167, 1992

plena actividade. Nesta situação a urbanização não só não ocupará todo o espaço como *não crescerá mediante uma única frente, antes mantendo-se numa lógica limitada e localizada;*

- A da **Economia Agrícola Produtiva**, onde as áreas cultiváveis são valorizadas e exploradas de forma intensiva, o que não implica obrigatoriamente que a sociedade seja dominada pelo regime agrícola, ou o quotidiano esteja sob o controlo dos camponeses;
- A do **Espaço Rural Profundo**, onde o espaço, considerado por outros como de reserva ou marginal, demonstra características produtivas de baixa intensividade e onde a modernização tem dificuldade em penetrar. É, por isso, um espaço empobrecido mas disponível e até apetecível para novas actividades consumidoras de solo ³², onde o envelhecimento e apatia da própria população reflectem as dificuldades das condições de vida;
- A do **Espaço Rural de Produção de Serviços**, onde as actividades, sobretudo terciárias, revitalizam o espaço rural localizando-se contudo fora das áreas periurbanas, pese a frequente proximidade dos seus limites. Os serviços urbanos são essencialmente os lúdicos, associados ao turismo (montanha, litoral), mas também os ligados ao saneamento, às questões sanitárias e sociais e, em casos pontuais, à indústria. Estas actividades reactivam o espaço rural ao agitarem os agentes e as comunidades, ao mesmo tempo que introduzem novos processos económicos ³³ e sócio-culturais de cariz irreversível.

O Alentejo situar-se-á, no seguimento da tipologia seguida por Kayser e pela Comissão das Comunidades Europeias, entre a categoria de *Economia Agrícola Produtiva* e a de *Espaço Rural Profundo*, onde em casos localizados – geralmente junto das sedes de distrito e de concelho – se estende por *Espaços Rurais de Produção de Serviços*. De facto a exploração mais intensiva de determinadas práticas agrícolas, mas sobretudo a questão da não dominância do regime agrícola pelos camponeses, aproximam-no desta primeira tipologia, enquanto que, em maioria de caso, a paisagem e a prática produtiva alentejana o colocarão essencialmente dentro da segunda. Aliás a questão da maior lentidão da modernização, em termos produtivos ou não, e o empobrecimento reconhecido dos espaços – desde logo passíveis de especulação – são características que têm assentado no Alentejo quase ancestralmente.

O processo de Reforma Agrária virá confirmar algumas daquelas perspectivas do mundo rural alentejano. Se num primeiro momento a produção agrícola,

³² Daí a noção de reserva, sublinhada por diversos autores.

³³ Por exemplo, a especulação imobiliária ou a construção.

baseada em assalariados, era de cariz extensivo, com as ocupações e com a colectivização da terra e dos processos de trabalho, foram introduzidas alterações nos regimes produtivos e mesmo nas lógicas de rentabilização quer da terra quer dos equipamentos existentes: a integração das actividades de transformação dos produtos produzidos pelas UCP's (azeite, preparação e transformação de produtos cárnicos, agro-pecuária mais intensiva), e a prestação de serviços (reparação de máquinas e fornecimento desses serviços, quer à comunidade directamente envolvida na produção, quer à restante população), dão validade às alterações mais rápidas que o Alentejo rural conheceu nas últimas décadas.

A Dinâmica Populacional e o Território

As características populacionais do Alentejo estão já sobejamente discutidas. A descontinuidade populacional, numa paisagem eminentemente despovoadada e salpicada com aglomerados urbanizados – as vilas e aldeias – são ainda a dimensão real do território alentejano. Com o passar dos anos, o povoamento disperso ou isolado junto dos terrenos agrícolas – montes e casais – onde se ia amontoando a população agrícola perdeu a sua validade, passando as famílias a preferirem as vilas e as cidades para residência.

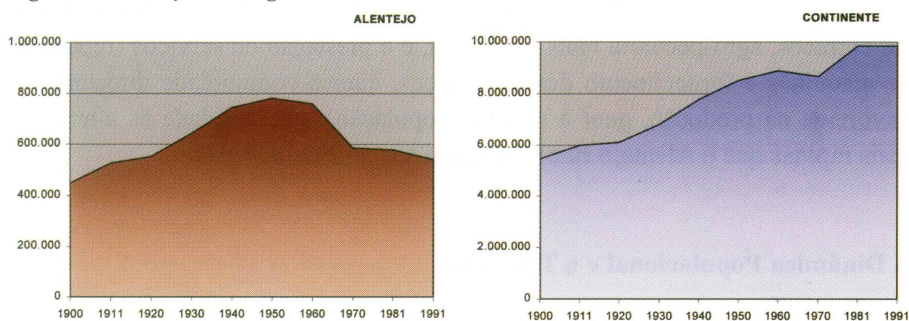
Com as áreas próprias de diferenciação dada a da morfologia (caso do Norte interior alentejano), dadas as alterações de acessibilidades (por exemplo, eixo Lisboa/Vendas Novas/Elvas), ou pela simples tradicionalidade (Mértola, com o seu povoamento disperso, entre outros casos pontuais), o povoamento da região está relacionado com as dinâmicas demográficas e particularmente próximo dos ciclos produtivos, em especial do cereal de sequeiro e da instalação de novas actividades.

Actualmente, dada a tendência das últimas décadas, a uma região empobrecida estão associados decréscimos populacionais, migrações forçadas, baixa fecundidade, envelhecimento rápido da mão-de-obra. Sem deixar de ser real esta constatação, empiricamente provada para tantas regiões do mundo, a verdade é que o Alentejo de hoje é no essencial o mesmo da primeira metade do século XX no que diz respeito à exploração dos recursos naturais, às características intrínsecas da sua população, ou à sua capacidade física de auto-regeneração. Têm sido as alterações do foro sócio-económico – principalmente as relacionadas com o trabalho e com o rendimento – que têm balizado as estruturas sociais de menor dimensão, como as do núcleo familiar ou da interligação indivíduo/colectivo social.

Embora a recessão demográfica venha a ser uma característica da região face ao restante território nacional, a análise para um período longo que inclua todo o século XX indica uma situação diferencial entre dois períodos marcantes,

dos quais o primeiro entre 1900 e 1950, é de franco crescimento populacional, para depois encontrar uma abrupta recessão.

Figura 1 – Evolução Demográfica



Fonte: Recenseamentos da População 1900- 1991, INE

Pelos estudos de diferentes origens³⁴, constata-se uma ligação próxima entre um maior dinamismo demográfico na região e os ciclos de produção cerealífera: pode mesmo ser este o factor próximo, enquanto factor endógeno, que permitirá, numa relação causal directa, aquela reacção populacional. Será exactamente durante o período da Campanha do Trigo, iniciada em 1928, que se verificará o principal acréscimo demográfico mais recente no Alentejo; será a partir da crise da produção do cereal, em meados da década de cinquenta, que se iniciará um processo de esvaziamento populacional que nem mesmo o curto período do aumento da produção, inerente à Reforma Agrária do pós-25 de Abril, conseguirá inverter.

Constata-se mesmo um conjunto de tendências que encontra uma correlação forte entre as maiores recessões demográficas – medidas por densidade populacional ou por indicadores de dinâmica demográfica – e as áreas onde os recursos do solo estão mais esgotados³⁵. De igual modo se induz que, para o todo do *Campo Branco*, as áreas de sequeiro com maior aptidão para o cereal e, mais recentemente, para as oleaginosas, assim como as pequenas áreas de regadio, estão inseridas nas freguesias que apresentam maiores densidades populacionais, ao mesmo tempo que são as que demonstram índices mais favoráveis comparativamente com a média regional³⁶.

³⁴ Por exemplo, J. M. PAIS, et *alli* *ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DO FASCISMO NOS CAMPOS: "A CAMPANHA DO TRIGO: 1928 A 1938"*, in *Análise Social*, n.º 54, 1978; *CCR ALENTEJO CARACTERIZAÇÃO DA BASE ECONÓMICA E DA SITUAÇÃO SOCIAL NO ALENTEJO*, 1996; Paulo PEDROSO *Op. Cit.*, 1998; ou Constantino PIÇARRA, *ÊXODO RURAL E TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA*, in *História*, n.º 6, Setembro, 1998

³⁵ Por exemplo, Castro Verde, Aljustrel, Ourique, Almodôvar, em geral todo o *Campo Branco*, na designação de Leite de Vasconcelos.

³⁶ Paulo PEDROSO *Op.Cit.*, Oeiras, 1998

Em algumas áreas ligadas à exploração mineira verifica-se um óbvio aumento populacional na génese da exploração das jazidas, que se deve mais a factores migratórios oscilantes, provocados pela procura de emprego, do que de dinâmica demográfica endógena ou de fixação definitiva da mão-de-obra. Foi o caso de S. Domingos/Mértola, de Aljustrel ou, mais recentemente, de Neves Corvo/Castro Verde, todos eles exemplos da faixa piritosa do Sul da região.

As condições de vida do meio rural e agrícola em particular, a falta de perspectivas a qualquer prazo, aliados às alterações da procura de mão-de-obra da cintura industrial de Lisboa que ultrapassam de longe a possibilidade de oferta da região, acabam por se tornar em factores decisivos para um êxodo intensivo a partir da década de 50.

A este respeito convém não perder de vista as relações entre a mobilidade populacional e os seus efeitos na estrutura social de nível local e regional. As deslocações de longo período da força de trabalho no território envolvem, pela mudança de profissão que na maior parte dos casos impõem, a perda do estatuto profissional de partida e a sua passagem a outro, ao mesmo tempo que implicam a fixação residencial na região de destino. Tratam-se, no essencial, de migrações definitivas – emigração ou êxodo rural – que dão profundidade à função de reserva de mão-de-obra que o mundo rural vem desempenhando no processo de desenvolvimento industrial e urbano português. Contribuem, assim, para a transformação social da situação de classe dos respectivos actores, deixando aos que ficam nos campos um considerável abanão na sua estrutura própria, dada a alteração das condições do mercado de trabalho pela diminuição da população activa agrícola³⁷.

Porém, no caso das deslocações temporárias que não implicam fixação definitiva fora do espaço de residência e de origem, não geram trajectórias sócio-geográficas com efeitos significativos na estrutura social: o grosso dos migrantes temporários são trabalhadores agrícolas (57%), que na sua maioria não mudou de profissão (81%)³⁸. Dos que passaram por outros sectores de actividade, integram as fileiras dos serviços de limpeza ou tarefas desqualificadas na indústria.

A Reforma Agrária trouxe, num primeiro período, um novo alento às populações já fragilizadas por sangrias consecutivas desde a década de 50. O emprego garantia uma real possibilidade de melhoria de vida, de criar família, de deixar para trás a instabilidade ou a fome. A fixação junto dos locais ancestrais, familiares, passava com uma rápida mudança social e política, a ser uma finalidade em si

³⁷ J. F. ALMEIDA *CLASSES SOCIAIS NOS CAMPOS – CAMPONESES PARCIAIS NUMA REGIÃO DO NOROESTE*, Edições ICS/UL, Lisboa, 1986; M. Brito REIS *PÓS-LATIFUNDISMO – UMA RURALIDADE TRANSFORMADA ?*, ISCTE / Universidade Hanover, Lisboa, 1990

³⁸ M. Brito REIS *Op.Cit.*, Lisboa, 1990. Atingem os 57% da população activa do concelho de estudo (Vidigueira).

mesma. O êxodo rural e a emigração conheceram um decréscimo considerável, em muitos casos de forma simultânea com o regresso de contingentes dos destinos europeus e, sobretudo, de um considerável número de retornados das ex-colónias. Destes, porém, foram poucos os que acabaram nas pequenas localidades da região, quanto muito na sede de concelho ou distrito.

Num momento mais tardio, quando o processo regride, quando as devoluções de terras aos antigos proprietários passa a ser uma realidade constante, voltou a aumentar o volume de desemprego, e por isso, aumentou a desconfiança no futuro, uma desconfiança simultânea face ao sistema político e no sistema judicial. Aumentou a saída de efectivos das pequenas localidades e até das sedes dos concelhos mais periféricos. A actividade agrícola, que por breves momentos até foi ética e moralmente superior, retoma o seu papel subalterno no estatuto social face aos outros sectores de actividade.

Definitivamente entrava-se num novo ciclo de regressão populacional, assumindo características críticas em algumas sub-regiões do Alentejo. Por outro lado, a região mantém uma extrema dependência da sua componente produtiva face aos recursos naturais: o seu conjunto agregado correspondia em 1995 a 18,8% do VBP do País dos mesmos recursos, dos quais ressaltam o peso da agricultura e o da extracção de minério ³⁹.

A Evolução dos Grupos Sociais e a Transferência de Propriedade

A posse da terra acaba por ser um dos fulcros principais quanto à análise da estratificação social alentejana. Neste sentido já José Cutileiro afirmava: “(...) a posse da terra, todavia, permite ainda traçar a curva de nível da estratificação social. Distingue ainda os principais grupos populacionais ou, como dizem as pessoas da região, as principais classes sociais.” ⁴⁰. Esta divisão em grupos delimitados permite traçar um perfil social caracterizador:

- *Latifundiários* - Grupo mais reduzido e mais próspero da sociedade local, que se evidencia dos demais pelos bens que possui, demonstrando uma forte consciência de si mesmo enquanto grupo social. Detêm toda a maquinaria moderna, empregando um grau de mecanização superior a qualquer outro grupo na exploração da terra. Vivem geralmente nas cidades, Lisboa, Évora ou Beja. Nenhum trabalha ou trabalhou na sua juventude a terra com as suas próprias mãos. O casamento, quando o fazem na região, será realizado dentro do mesmo grupo social. Grande parte do seu prestí-

³⁹ AIP/UNL *VANTAGENS COMPETITIVAS REGIONAIS – REGIÃO ALENTEJO*, Lisboa, 1997

⁴⁰ JOSÉ CUTILEIRO *RICOS E POBRES NO ALENTEJO*, Lisboa, 1977

gio social advém – e é autocultivado – do grau de educação formal. Cumpriam um papel de ligação entre os latifundiários locais e a administração em Lisboa, ligações baseadas em “companheiros” de curso universitário.

- *Proprietários* - São os que se mantêm exclusivamente com os rendimentos das suas terras, estendendo-se-lhe frequentemente o título de “lavradores”, denominação mais própria dos latifundiários. Com uma abertura entre extremos considerável, este grupo social consegue ainda adquirir maquinaria para a exploração das terras, pese a menor dimensão das suas propriedades. Vivem junto à comunidade local, geralmente nas vilas sede de concelho ou de freguesia. Atingindo a idade adulta raramente trabalham nos campos, embora na sua juventude quase todos o houvessem feito na situação de empregados dos pais. Geralmente todos sabem ler e escrever com a habilitação mínima da escola primária. Casam dentro do seu próprio grupo social ou com filhas dos seareiros mais prósperos, sendo localmente quase todas as famílias aparentadas em maior ou menor grau. Mantêm uma proximidade social de contacto com a restante população, o que lhes confere um importante papel de influência no mercado de emprego e na administração local. A sua dificuldade económica perene face à continuidade das suas explorações agrícolas trá-los para mais perto dos problemas do grupo dos trabalhadores agrícolas. Quando a terra não é suficiente para todos os herdeiros, é frequente que um ou mais filhos procurem ocupação na cidade, alugando ou vendendo a sua parte ao irmão que fica na terra.
- *Seareiros* - Foram aqueles que, desde o século XIX, desbravaram as terras alentejanas para a produção cerealífera, à custa de esforços impossíveis de compensar. As grandes herdades foram cultivadas, desde sempre, num sistema misto de exploração onde convivem a exploração directa e a participação na colheita dos cereais semeados pelos seareiros. A designação de “terras de quarto” estão associadas à obrigação de o seareiro, de acordo com um contrato estabelecido com o lavrador ou o latifundiário, entregar um quarto da sua produção de cereal. O seareiro conseguia preferência face ao assalariado para ser admitido ao serviço dos lavradores, o que resultava num maior prestígio social dentro da comunidade. A tendência seria a de casar dentro do próprio grupo mas, com o declínio posterior, este diluiu-se dentro do dos trabalhadores rurais. As despesas dos seareiros eram inferiores às dos lavradores das grandes herdades, o que levava a que estes lhes arrendassem parte das terras menos boas, geralmente onde tinham piores rendimentos. A ocupação de mão-de-obra familiar está na base desta lógica, apenas admitindo trabalhadores rurais nas épocas das colheitas. O seareiro afirma-se analfabeto com orgulho, justificando a sua

existência e a sua vantagem com o saber-fazer acumulado. No entanto, a descendência procurou sistematicamente ocupação fora da agricultura.

- *Trabalhadores Rurais* - Ao contrário dos anteriores, este grupo social caracteriza-se pela necessidade de vender a sua força de trabalho para garantir a sobrevivência, não detendo terra. São contratados à jorna, à semana ou à época, ficando dependentes do controlo do mercado de trabalho sobretudo por parte dos proprietários e dos feitores dos latifundiários. As condições de contratação são inferiores às de qualquer outro grupo social, nomeadamente aos associados à indústria: não recebem pagamento ao domingo, considerado dia de folga, não são pagos os dias de chuva, sendo descontados meios-dias se as condições climatéricas não permitirem o trabalho. Os salários são muito baixos, muitas vezes inferiores aos praticados na indústria e serviços e até aos praticados na agricultura de outras regiões. Os jovens mostram pouco respeito pelo trabalho dos pais na agricultura, procurando alternativas de maior rendimento e prestígio. Não foi raro encontrar, mesmo durante o período da guerra colonial, jovens que se voluntariaram para o serviço militar: no regresso ou encontravam emprego na pequena indústria local, ou a tendência era a de saída dos locais de residência.

Uma vez que a divisão das classes sociais, com referência no perfil já traçado para o Alentejo, representa a base rígida de toda a estrutura social e cultural, é importante perceber que alterações ocorreram no seio das classes sociais e como se efectuou a transferência de propriedade desde meados dos anos 60 até aos anos 90 e que implicações ficaram retidas no sistema. Recorrendo-se ao trabalho de Seita Coelho⁴¹ pode avaliar-se aquela noção com base em dois sub-períodos determinantes: o que medeia entre 1966 e 1974 (do capitalismo fundiário à revolução) e o que vai de 1974 a 1993 (da revolução à reforma da PAC). Esta abordagem revê a caracterização de Cutileiro, recorrendo a diversas subdivisões, acrescentando algumas outras, evidentes apenas em épocas mais recentes.

Assim, para o primeiro período, entre 1966 e 1974, os proprietários fundiários repartiam-se em quatro grandes grupos: *Grandes Famílias Tradicionais de Terratenentes, Proprietários Tradicionais, Proprietários Agricultores e Pequenos Proprietários*. Já para o período seguinte, de 1974 a 1993, Seita Coelho constata a emergência de dois novos grupos com patrimónios fundiários já relativamente importantes, o dos *Comerciantes e Industriais relacionados com a Pecuária* e o dos *Industriais de Construção Civil e outros Comerciantes*, deixando para

⁴¹ Seita COELHO *TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE NO CONCELHO DE CUBA*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1995

um grupo residual, o dos *Outros proprietários*, uma massa heterogénea em crescendo de importância neste último período.

Às *Grandes Famílias Tradicionais de Terratenentes* de Seita Coelho correspondem os *Latifundiários* da classificação de Cutileiro. Constituem o grupo mais reduzido e mais próspero, sobressaindo dos restantes proprietários pela extensão dos bens fundiários que dominam, com frequência em mais de um concelho da região. A posição de domínio fundiário manter-se-á estável e sem sobresaltos até 1974. Em 1966, dominavam os proprietários do escalão superior aos 1.000 ha, para em 1974 dominarem os do escalão entre 500 e 1.000 ha, e em 1993 serem os dos 200 a 500 ha que predominam. Os proprietários deste grupo continuavam a ser, em 1993, os que mais área possuem; estimando-se, no entanto, perdas de mais de 20% da área em relação a 1974, tendo vindo a diminuir significativamente a área média da extensão fundiária.

Aos *Proprietários Tradicionais* correspondem os *Proprietários* de Cutileiro. Afirmam-se como a elite local, vivendo quase exclusivamente dos rendimentos das terras, embora não trabalhem nelas. Até ao 25 de Abril dominavam, com as *Grandes Famílias Tradicionais de Terratenentes*, os órgãos do poder local, incluindo os organismos corporativos da lavoura. A posição deste grupo mantém-se com uma estabilidade relativa até 1974, dominando neste período os proprietários com áreas entre os 200 e 500 ha. Entre 1974 e 1993, estima-se que percam mais de 60% da área que possuíam, passando a dominar os proprietários do escalão dos 100 a 200 ha.

Os *Proprietários Agricultores*, da classificação de Seita Coelho são uma sub-divisão que, com a dos *Proprietários Tradicionais*, integram a dos *Proprietários* de Cutileiro. Ao contrário do grupo anterior, os *Proprietários Agricultores* administram as suas propriedades de forma directa, trabalhando ou tendo trabalhado, em tempo, no campo: foram feitores, seareiros ou pequenos agricultores que, por acumulação de terra, construíram um património fundiário relevante. Recorrem frequentemente ao arrendamento de terras de terceiros para aumentarem as suas explorações, procurando transmitir as suas explorações aos descendentes directos. Em 1966, dominavam os proprietários do estrato dos 20 aos 100 ha reforçando, no período que vai até 1974, a área de exploração global em mais de 30%, passando então a preponderar os proprietários do escalão dos 100 aos 200 ha. A tendência de reforço patrimonial continua até 1993, aumentando a área global em mais de 200% em relação a 1974. Estima-se que passem a dominar os proprietários do estrato dos 200 a 500 ha, no que se aproximam da dimensão média do grupo das *Grandes Famílias Tradicionais de Terratenentes*.

No grupo dos *Pequenos Proprietários* da classificação de Seita Coelho inclui-se uma amálgama heterogénea de proprietários que vai desde os pequenos camponeses familiares, antigos seareiros, emigrantes, comerciantes aos emprega-

dos na indústria ou no terciário que, geralmente, detêm terra com origem em heranças familiares.

A caracterização de Cutileiro e de Seita Coelho reduzia, até 1974, a estes quatro grupos o espectro dos proprietários fundiários alentejanos ⁴². Depois, agora apenas de acordo com Seita Coelho, dadas as alterações trazidas com o processo de Reforma Agrária e com as alterações sócio-económicas que permitiram a acumulação de riqueza noutros sectores produtivos, surgiram mais dois grupos distintivos de proprietários de terra, cuja caracterização se mostra relativamente pouco complexa, deixando para um grupo residual toda a heterogeneidade incaracterística de situações.

O primeiro grupo, será dos *Comerciantes e Industriais ligados à Pecuária*. Tratam-se de comerciantes e industriais de gado que, tendo acumulado capital no seu ramo de negócio – incluindo a exploração pecuária sem terra ou as fábricas de rações – o investiram na compra de herdades, algumas de grande dimensão. Tanto vivem no concelho onde exploram os seus recursos como fora dele, mantendo uma forte ligação com a terra, embora encarando a sua aquisição mais em função do prestígio conferido do que em resposta às exigências do seu *modus vivendi*. Até 1974 tinham uma expressão reduzida enquanto pequenos proprietários, para depois se afirmarem como detentores de grandes áreas de terra, geralmente áreas superiores a 1.000 ha, adquiridas preferencialmente aos pequenos e médios agricultores e seareiros.

O outro destes grupos é o dos *Industriais de Construção Civil e outros Comerciantes*. Neste grupo, incluem-se os que acumularam capital na construção civil e especulação imobiliária ou, mais reduzidamente, no comércio geral. O grupo só é referenciável enquanto detentor de terra a partir de 1974, tendo adquirido património com dimensão assinalável sobretudo a partir da década de oitenta, terras que se inserem, em média, no escalão dos 200 aos 500 ha. Geralmente vivem no concelho onde têm os seus negócios, conhecendo com profundidade o mercado fundiário, procurando, contudo, novas terras mais como afirmação do seu estatuto social do que face às necessidades do seu negócio, uma vez que é visto como um investimento de baixo risco e de reduzida carga fiscal.

O grupo residual, o dos *Outros Proprietários*, é como se disse, muito heterogéneo, incluindo as edilidades, o Estado, a Igreja e outras instituições sociais. Entre 1974 e 1993, dá-se um aumento significativo da área ocupada por este grupo, mostrando-se o Estado e as Câmaras Municipais como os maiores proprietários.

O processo de Reforma Agrária, ocorrido desde 1974/75, representou um mecanismo muito particular de transferências de terra. Através deste processo foi

⁴² Cada um dos autores circunscreveu o seu estudo a um concelho específico, deixando contudo em aberto que as suas especificações são de ordem mais geral.

intervencionado um vasto manancial de terras, sobretudo afectas aos grupos das *Grandes Famílias Tradicionais de Terratenentes* e dos *Proprietários Tradicionais*, mas também mais marginalmente ao dos *Proprietários Agricultores*. O grande volume de terras ocupadas incidiu sobre os proprietários com áreas superiores a 500 ha, penalizando evidentemente mais o primeiro grupo que qualquer outro.

A transferência de propriedade conheceu na região quatro períodos perfeitamente assinalados:

- O do final da década de 60, caracterizado por uma estagnação do processo de transferência numa altura em que a aplicação de capital na aquisição de terra era visto como um mau investimento dada a situação da agricultura nos campos do Sul;
- O período de 1974/75, correspondente à Reforma Agrária e às ocupações de terras onde o processo foi coercivo para os proprietários e, naturalmente, se processou um baixo volume de venda;
- O período entre 1979/1984 que foi marcado pelas devoluções de terras das UCP's/Coop. para os proprietários, mas onde ainda prevalecia uma certa instabilidade e falta de confiança para se investir na aquisição de terra;
- O período que foi de meados da década de oitenta até ao início da década de 90, marcado pelo aumento do volume, muitas vezes especulativo, de transferência de propriedade, em grande medida estimulada pelas acções governamentais no seguimento das políticas da PAC, nomeadamente pela facilidade dada à aquisição de terra pelos *Jovens Agricultores* e que, em maioria de caso, se mostravam como os filhos dos próprios proprietários.

A amplitude de situações da estrutura fundiária esbateu-se entre a situação anterior ao 25 de Abril e a que se viveu nos anos noventa, nomeadamente quanto às disparidades da concentração de terra. Neste percurso recente, contudo as relações de classe mantiveram-se no essencial, permanecendo uma clivagem evidente entre os proprietários de terra e os trabalhadores agrícolas, essencialmente assalariados, como o perfil sociológico dominante na região.

Os Assalariados Agrícolas, o Território e as Implicações com o Económico

De acordo com diferentes inquéritos à mão-de-obra agrícola, o assalariado agrícola – permanente ou temporário – é um actor que cruza de forma constante o mundo rural português, residindo em cerca de 80% no próprio espaço rural. No entanto, é importante ressaltar que o mercado de trabalho rural não é coincidente, nem de perto nem de longe, com o mercado de trabalho agrícola: em 1991 apenas 17% dos assalariados residentes no espaço rural se recenseavam como exclusiva-

mente agrícolas⁴³. Indo um pouco mais atrás, constata-se que entre 1950 e 1989 o número de assalariados decresceu cerca de 85%, de forma mais lenta até ao início da década de 70, depois de forma muito mais acelerada.

Regionalmente, é no Alentejo que a presença do assalariado agrícola adquire maior expressão, subindo até aos 53% do total da mão-de-obra, mostrando assim como ainda é importante o papel económico e social do proletariado nos campos alentejanos.

Quadro 1 – Evolução do Assalariado Rural no Alentejo

	Nº Total	Nº Permanentes		Nº Temporários	
1979/81	197.000	50.000	(25%)	147.000	(75%)
1989	108.000	37.000	(34%)	71.000	(66%)

Fonte: Adaptado de Oliveira BATISTA (1993)

A lógica do assalariado permanente é a manutenção do seu lugar de trabalho: para um assalariado temporário o objectivo mais prosaico é o de garantir a sua subsistência familiar. Com a Reforma Agrária esta relação transformou-se, passando a questão social dos temporários a oscilar entre a hipótese de um emprego fixo e a luta pela posse da terra, entre a dignidade individual e o reconhecimento colectivo. Ou seja, a clivagem entre trabalhadores permanentes e temporários acentuou-se.

Numa primeira fase, os temporários que integraram as UCP's passaram eles mesmos a deter o estatuto de permanentes dentro do colectivo. O seu objectivo – aliás o afirmado objectivo de todo o processo, quer pelas instâncias políticas, quer administrativas – era o de criar e assegurar postos de trabalho. Os permanentes procuram privilegiar a sua estabilidade de emprego; mais uma vez, os temporários (com excepção porventura das mulheres) terão de sair, emigrar para os centros urbanos, ou continuar a luta por terra para trabalhar.

Como se viu, as terras mais produtivas estavam cultivadas *por conta própria*, enquanto que as de menor qualidade eram separadas em parcelas de pequena dimensão e entregues para a cultura de trigo aos *seareiros*. O desemprego era o maior flagelo das populações rurais, em particular para os assalariados temporários, esmagadoramente chefes de família. Mesmo soluções que mais tarde servirão como válvula de escape para os problemas da região, como a emigração ou o êxodo rural, não estavam ainda presentes no contexto social da época: a conflitualidade social era uma constante, fosse ela latente, ou se mostrasse de intensidade variável. Por um lado os agrários e toda uma estrutura de base político-admi-

⁴³ XIII RGP, INE, 1991 e investigação de Oliveira Batista.

nistrativa baseada no corporativismo que mantinha e obrigava a manter o *status quo*, do outro o assalariado temporário sempre em risco da sua própria sobrevivência.

Os diferentes autores que focam esta problemática⁴⁴ são unânimes em reconhecer que aquela fricção social se mantinha constante, mesmo que de forma latente. Por outro lado, gerava-se uma forte animosidade entre os temporários locais e os ranchos migratórios – *ratinhos*⁴⁵ – que desciam em grande número das Beiras, sobretudo no tempo das ceifas e da azeitona.

Com a passagem à fase do capitalismo agrário dá-se então, definitivamente, a mecanização do processo produtivo. Entra em cena o tractor e a ceifeira debulhadora, numa clara procura das economias de escala, tornando cada vez menos atractivas as pequenas parcelas cerealíferas e pondo em risco o *seareiro*. O cultivo dar-se-á nas melhores terras, crescendo a extensificação, a florestação e o simples abandono nas áreas de pior produtividade do solo.

Surge o fenómeno migratório de grande intensidade, esvaziando-se os campos de mão-de-obra. Mesmo os *ratinhos* deixam de chegar em tão grande número uma vez que, também na sua região, a emigração havia sangrado os efectivos populacionais, redefinindo o seu mercado de trabalho local e as prioridades da organização social e familiar.

Com a diminuição do desemprego, reflexo imediato daquele ajustamento do mercado, criam-se condições efectivas para o aumento da reivindicação salarial e de melhores condições de trabalho por parte dos trabalhadores assalariados: são neste sentido paradigmáticas as greves de 1962. Um emprego estável parecia ser a melhor alternativa face à inevitabilidade da saída para um país europeu ou, na melhor das hipóteses, para Lisboa.

De seguida dar-se-á a primeira crise petrolífera, aumentando de novo a dificuldade de encontrar emprego local e regionalmente, diminuindo em simultâneo o fluxo da emigração para a Europa, também a braços com problemas de natureza semelhante.

É com este panorama nos campos do Sul que ocorrerá o 25 de Abril de 74. Com o fim da Guerra Colonial e retorno de importantes efectivos populacionais, o Alentejo encontra-se numa nova fase de retracção produtiva, numa clara posição defensiva por parte dos grandes agrários, tendo sido diminuídas significativas áreas de cultivo e baixado o volume das terras arrendadas. A mão-de-obra, que entretanto se havia ajustado à oferta de emprego com maior incorporação mecânica, vê disparar ainda mais os índices de desemprego, voltando-se inevitavelmente a uma situação de maior pressão sobre a terra.

⁴⁴ Afonso de Barros, António Barreto, Manuela Reis, Oliveira Batista, Pacheco Pereira, etc.

⁴⁵ Designação tradicional, depreciativa, com que o alentejano designava os trabalhadores migrantes provenientes do Norte – essencialmente das Beiras mas, em geral, para todos os que viessem do Norte do Tejo.

A questão da terra encerra, assumidamente, contornos prioritários no novo regime político, no programa dos diferentes partidos políticos, mas também na reacção dos proprietários rurais e no posicionamento dos trabalhadores sem terra. A fase que mediou entre final de 1974 e início de 1975 ficará marcada por um confronto social que, do carácter regional confinado ao Alentejo e concelhos próximos, depressa passará a ser um dos pólos de disputa da política global que irá fazer depender a continuidade do regime.

A ocupação das terras foi uma constante até finais de 1975, com os trabalhadores rurais, o MFA, os sindicatos e o PCP a liderarem consecutivamente o processo. Os trabalhadores rurais, desde sempre arredados de qualquer possibilidade de gestão e de organização produtiva, estavam agora na liderança de uma vasta área de terras e na posse de inúmeras explorações que tinham a obrigação de pôr a produzir em moldes exemplares.

A esperança inicial dos trabalhadores que ocuparam herdades no espaço da Reforma Agrária baseava-se, antes do mais, no emprego estável e num salário permanente. Não era sua intenção virem a tornar-se pequenos agricultores, desde logo sem sucesso, dada a reconhecida menor produtividade da maioria dos solos, a par da ideologia colectivista sobre a qual se desenhavam os contornos políticos e sócio-económicos da própria acção de ocupação.

Na prática, quando os trabalhadores eventuais, os alugadores de máquinas e outros ocupavam uma herdade, se constituíam em Unidade Colectiva de Produção ou em Cooperativa, estavam a cumprir o seu objectivo primeiro – garantir o seu emprego permanente – ao mesmo tempo que cumpriam a determinação ideológica de colectivizar e, afinal, a de concretizar a Reforma Agrária. A terra adquirida era, deste modo, um meio para atingir o objectivo fundamental: a UCP conciliava a ideologia, o imaginário, a ética, a posse da terra enquanto meio de produção, a forma de ultrapassar a sua condição precária de classe, superando depois dentro do colectivo as necessidades básicas individuais e familiares.

No reverso da medalha estavam as dificuldades de gestão, que por ironia do destino, voltaram a dar protagonismo aos trabalhadores permanentes (os que, entretanto, haviam aderido ao processo), mais escolarizados e, nesse sentido, mais capazes de responder, no imediato, às novas necessidades de organização.

A mecanização do trabalho, regredindo numa primeira etapa, ganhou algum fôlego com a aquisição de maquinaria, sobretudo a partir de ofertas de colectivos sociais e políticos urbanos, mas também de um considerável número de máquinas dos países de Leste. Contudo, a finalidade primordial das UCP's foi a de fomentar os postos de trabalho, tendo por isso e em muitos casos, simplesmente sub-utilizado o potencial mecânico entretanto adquirido: foi frequente a imagem de tractores com atrelado utilizados para o transporte de pessoal, uso quase exclusivo ou mesmo único da máquina.

Outro período a considerar é o que medeia o início da contra Reforma Agrária, em 1979, e a integração europeia. Foi um espaço temporal de características essencialmente políticas no que diz respeito às decisões globais da agricultura portuguesa. A Reforma Agrária detinha, na esfera política, um papel de grande visibilidade e ia contra as decisões do poder entretanto instituído e “legitimado” em eleições globais. O poder, nas suas ramificações política e económica e direccionando-se já no sentido da integração europeia, punha “o socialismo na gaveta”, ignorando simultaneamente alguns dos artigos de base da Constituição. Legislará no sentido de retirar capacidade operativa às UCP’s ⁴⁶, ao movimento social alentejano e, no fim da linha, ao PCP que ainda detinha uma hegemonia evidente na região. A terra e a questão agrária saíam de vez da agenda política do País.

Quando em 1979/80 começam a ser entregues em grande número as reservas aos antigos agrários, inicia-se uma fase que, para além das repercussões políticas, trouxe um novo ciclo de conflitualidade. Uma vez na posse das terras, os agrários passam inevitavelmente a competir no mesmo mercado que as cooperativas e UCP’s. Rapidamente é adoptada uma estratégia – impossível de seguir de imediato pelas UCP’s, dados os seus próprios princípios já referidos – de oferecer salários mais elevados com o propósito específico de cativar mais mão-de-obra e, ao mesmo tempo, estrangular a capacidade de manobra do movimento de Reforma Agrária ⁴⁷.

Deste conflito, contudo, surgiu a institucionalização do contrato colectivo de trabalho, das férias pagas e do 13º mês, regalias ignoradas ainda assim por diversas UCP’s à data. Porém, a simples generalização do acto formal do contrato de trabalho, mesmo que precário, era um grande passo nos objectivos dos assalariados rurais, que ainda viviam perto da memória do pagamento à jorna ou à semana de antes do 25 de Abril. A vigência de um contrato permitia que, ao terminar, pudessem recorrer ao fundo de desemprego e assim, de alguma forma, conseguir uma estabilidade mínima quanto aos rendimentos familiares.

Com a entrega das reservas, o volume de emprego cai rapidamente dada a incapacidade de se manterem os postos de trabalho. Foram inúmeros os casos em que as decisões judiciais – inclusive do Supremo Tribunal Administrativo (STA) – foram contra a devolução das terras, mas em que aquelas decisões não foram cumpridas, tendo-se mantido as herdades na posse indevida do agrário. De facto, entre 1979 e 1985 totalizaram 123 os recursos providos por Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo que anularam o acto de atribuição de reserva de terra. Ou seja, naquele período de tempo – o mais relevante face à questão em causa – os

⁴⁶ Por exemplo, só em 1982/83 serão 53 as UCP’s extintas por falta de terra para cultivar (José Manuel FERNANDES *REFORMA AGRÁRIA: RESTO DE UM SÍMBOLO* in *Jornal Expresso*, 28 Agosto 1995).

⁴⁷ Esta situação mantinha-se ainda em 1990, face às poucas UCP’s ainda em actividade.

recursos para uma instância superior de decisão por parte das UCP's e Cooperativas conheceram um largo provimento: àqueles 123 somam-se 71 outros rejeitados pelo Supremo por questões de ordem formal e apenas 38 em que a causa é ganha pelo recorrido – sempre o Estado. Foram ainda 12 os casos em que os beneficiários de reservas ou de atribuição de terras, em nome individual, recorreram para o STA da decisão favorável às UCP's e que acabaram por perder a causa ⁴⁸.

As áreas cultivadas voltam a decrescer, aumentando a área florestal, a de utilização extensiva e, sobretudo, a área abandonada. Retornam-se às condições da década de 60, agora com base de partida numa área cultivada já muito mais reduzida. Reinicia-se um movimento de êxodo, esvaziando-se ainda mais os campos, acentuando-se um envelhecimento populacional do qual ainda hoje não se prevê uma viragem.

No rescaldo da reforma da PAC, verifica-se o agravamento das condições de oferta de emprego, mantendo-se a mão-de-obra assalariada em níveis excedentários, estimulando a exportação de uma força de trabalho de baixa qualificação para os centros urbanos litorais e para as periferias das grandes cidades europeias. O proletariado agrícola alentejano mantém-se em valores muito superiores aos das restantes regiões do País mas continua em quebra acentuada: cada vez há menos pessoas que, nestas condições, preferem ficar na sua terra ou na sua região.

Do inquérito lançado num concelho do Alentejo pela Universidade Técnica de Lisboa ⁴⁹ é sintomática a noção de que a grande maioria dos inquiridos com menos de 40 anos preferem um emprego não agrícola, mas que lhes dê a possibilidade de permanecerem junto do seu local de residência.

No entanto, na faixa etária acima dos 40 anos desenham-se duas tendências:

- a. Os que mantêm ou tiveram contacto próximo com a Reforma Agrária pretendem continuar a trabalhar aquelas terras, sobretudo dentro do modelo das UCP's;
- b. Os que estão já ligados ao sector privado preferem uma parcela de terra para poderem trabalhar por conta própria.

Estas conclusões encontram eco na diferença de idades e na experiência de participação de cada nível etário e da sua escolaridade. Em termos práticos, nenhuma das duas últimas hipóteses vingou, dado que os assalariados apenas puderam optar pelo trabalho temporário: as UCP's praticamente terminaram a sua acti-

⁴⁸ Para a listagem integral dos resultados dos processos do STA, consultar a Tese de Mestrado integral, com o mesmo título (Anexo II). Mais recentemente, os antigos proprietários que, tendo em tempo processado o Estado Português mas que também não conheceram provimento face às decisões judiciais, levaram as suas pretensões ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, aparentemente com resultados positivos para a sua causa.

⁴⁹ CENTRO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E SOCIOLOGIA RURAL *INQUÉRITO A ASSALARIADOS AGRÍCOLAS NA FREGUESIA DE ALCÁÇOVAS, FERREIRA DO ALENTEJO*, INIC/JNICT, 1990

vidade produtiva ligada à agricultura; as terras nunca chegaram a ser distribuídas ou arrendadas pelos pequenos agricultores mais do que em pequenas operações de charme político, muito pontuais e localizadas ⁵⁰.

Ou seja, o problema dos assalariados continua essencialmente o mesmo face ao período que antecedeu a Reforma Agrária, sendo a questão da terra e do emprego uma questão resolvida mais pelas contingências históricas do que pela alteração do perfil do assalariado.

A Participação e a Religião no Contexto Cultural Alentejano

A ciência política, tal como tem sido estudada em Portugal, tende a focalizar a natureza do estado pré e pós revolucionário do 25 de Abril, sobretudo centralizando-os no arco urbano de Lisboa/Setúbal e, mais marginalmente, no do Porto. Os estudos sobre cultura política em Portugal não são tão numerosos como se possa à partida pensar, estando genericamente desenhados para que os resultados abranjam a totalidade do País ⁵¹, ou seja, sem desagregações espaciais particulares, como, por exemplo, as das comunidades rurais. Este facto, de acordo com os próprios autores, deve-se sobretudo ao baixo nível de confiança da amostra, que nestas áreas de menor dimensão tomam contornos inaceitáveis.

No pós-25 de Abril são por isso mais frequentes, e de melhor qualidade os trabalhos sobre as relações políticas, as relações sociais e de classe, a interacção do Estado e a gestão do meio rural, ou a geografia eleitoral no meio rural, numa lista já numerosa de estudos de caso ⁵².

Quase todos os estudos relativos ao Norte e Centro do País apontam para a evidência de que a revolução de 1974 e o movimento que se lhe seguiu tiveram

⁵⁰ O Estado detém ainda uma apreciável área de terras com origem nas nacionalizações do processo de Reforma Agrária.

⁵¹ Por exemplo, Mário BACALHAU *ATTITUDES, OPINIÕES E COMPORTAMENTOS POLÍTICOS DOS PORTUGUESES: 1973-1993*, Lisboa, 1994; M. BACALHAU e T. BRUNEAU *OS PORTUGUESES E A POLÍTICA. QUATRO ANOS DEPOIS DO 25 DE ABRIL*, Lisboa, 1978; António BARRETO (coordenação) *A SITUAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL, 1960-1995*, Lisboa, 1996; F. HEIMER et alii *PADRÕES DA CULTURA POLÍTICA EM PORTUGAL: ATITUDES EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA*, in *Análise Social*, nº 105-106, Lisboa, 1990; Manuel VILLAVERDE CABRAL *CIDADANIA POLÍTICA E EQUIDADE SOCIAL EM PORTUGAL*, Oeiras, 1997; ou VILLAVERDE CABRAL, et alii *ATTITUDES DA POPULAÇÃO PORTUGUESA PERANTE O DESENVOLVIMENTO* in *Sociedade, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Lisboa, 1974.

⁵² Entre outros, no nº 7/8 da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, de 1981, Coimbra: Alberto de ALARCÃO *COMPORTAMENTO DOS CIDADÃOS EM REGIÕES DE PEQUENA PROPRIEDADE*; Jorge GASPAS, et alii, *ESTRUTURA AGRÁRIA E INOVAÇÃO NA COVA DA BEIRA*; Roberto MILEU, *A EXPLORAÇÃO FAMILIAR NO ALENTEJO*; José Madureira PINTO *ESPAÇO SOCIAL RURAL: ESPECIFICIDADE, FUNÇÕES, TRANSFORMAÇÕES*. Ou ainda, J. ALMEIDA *CLASSES SOCIAIS NOS CAMPOS: CAMPONESES PARCIAIS NUMA REGIÃO DO NORDESTE*, Lisboa, 1986; B. O'NEILL *PROPRIETÁRIOS LAVRADORES E JORNALAIROS: DESIGUALDADE SOCIAL NUMA ALDEIA TRANSMONTANA (1870-1978)*, Lisboa, 1984 e José Madureira PINTO *RELIGIOSIDADE E APATIA POLÍTICA DO CAMPESINATO EM PORTUGAL* in *Análise Social*, nº 70, 1982 e *ESTRUTURAS SOCIAIS E PRÁTICAS SIMBÓLICO-IDEOLÓGICAS NOS CAMPOS: ELEMENTOS DE TEORIA E PESQUISA EMPÍRICA*, Porto, 1985

um baixo ou muito baixo impacto nas estruturas de poder, de governo local, ou mesmo sobre a cultura política e a participação das pequenas comunidades rurais. Quanto aos comportamentos políticos, a maioria dos estudos referenciados sugerem frequentemente que todo o processo iniciado em 1974 não foi de facto uma revolução na verdadeira acepção do termo, mas antes um mero golpe de Estado que, no essencial, manteve a relação social e económica existente. Daqueles trabalhos fica a noção de que, no meio rural do Centro e do Norte, o período mais conturbado de 1974/79 mal afectou as estruturas políticas locais e regionais, as estruturas e políticas macro-económicas, as relações de classe e mesmo o comportamento político dos cidadãos.

Contudo, os estudos que se basearam em regiões, locais ou estruturas que foram afectados directamente pela Reforma Agrária – genericamente o Alentejo e parte significativa do Ribatejo – não dão as mesmas indicações. Em termos gerais, o Alentejo é visto como um caso particular, *sui generis*, um autêntico laboratório no panorama nacional e até mundial⁵³. Foi aí que a revolução de Abril mais desafiou os padrões existentes: de propriedade, de classe, de relações sociais e de trabalho, de modelo tecnológico-productivo, de modelo de desenvolvimento. O movimento, de âmbito muito experimental à época no País e na Europa, de ocupação e gestão de propriedade num contexto sócio-económico específico, confere particularidades únicas à região face ao resto do País, onde foi perdurando um caracterizador tradicionalismo e atavismo político, nomeadamente quanto à participação individual e colectiva na decisão.

Em nenhuma outra região do País a questão da política local/regional, quanto à participação política, foi mais aberta do que na ZIRA – ou no Alentejo em termos mais latos. Durante o Verão Quente de 1975 os agricultores sem terra, tradicionalmente assalariados, levarão a cabo a mais profunda série de ocupações de terras privadas de toda a história do proletariado rural da Europa Ocidental⁵⁴. O seu resultado, a *Reforma Agrária*, acabou por transformar as opções políticas centrais numa revolução social extensível a todo o mundo rural do Sul do País. A palavra de ordem era “*a terra a quem a trabalha*”, um lema já anterior ao 25 de Abril.

As diferenças nas estruturas de propriedade fundiária em Portugal contam, pelo menos em parte, para os contrastes regionais no comportamento político do proletariado rural, embora hajam outros importantes factores a considerar como, por exemplo, as normas culturais. Embora nas regiões a Norte o proletariado agrícola fosse muito diminuto, uma classe semi-proletária, de assalariados, teve o seu próprio papel. Nessas regiões são, no essencial, famílias rurais que integram simultaneamente actividades económicas complementares, trabalhando como assa-

⁵³ É um facto reconhecido, o caso das UCP's terem sido visitadas por cientistas sociais de todo o mundo.

lariados na agricultura, na construção civil ou na indústria, mas que todos os dias regressam à exploração agrícola familiar onde, com os outros membros do agregado, mantêm a sua subsistência. Em termos práticos esta relação de trabalho permite fornecer à indústria daquelas regiões mão-de-obra mais barata e menos reivindicativa, menos organizada, permitindo às empresas uma superior flexibilidade de gestão.

As implicações daquelas diferenças de carácter político (da comunidade e do indivíduo) mostram-se determinantes na estrutura agrária regional. Ideologicamente, as referências culturais e políticas desta classe continuam a ser a da pequena família camponesa.

Para os trabalhos sazonais do Alentejo – ceifa, azeitona – a classe dominante do Sul trazia do Norte os *ratinhos*, mantendo intencionalmente divididos os trabalhadores e acicatando as rivalidades face ao trabalho e às condições de vida: a própria divisão da mão-de-obra local entre *permanentes* e *jornaleiros*⁵⁵ teve como primeira intenção o controlo da organização dos trabalhadores dando-lhes, por um lado, motivo de divisão, e por outro, acenando com um motivo de ambição social.

Aliás, este facto mostrou-se determinante no processo político do *Verão Quente*, quando as forças conservadoras foram capazes de passar a ideia, sobretudo bem aceite nos segmentos camponeses do Norte, de que as suas terras, à imagem do Alentejo e Ribatejo, também estariam em perigo de ocupação ou de colectivização por parte dos sindicatos liderados pelos comunistas.

Enquanto que as estruturas administrativas e a ideologia dominante do Estado Novo cultivavam a apatia e a desmobilização participativa dos indivíduos na vida colectiva, as tradicionais orientações políticas conservadoras e isolacionistas do mundo rural do Norte foram ainda reforçados pelo caciquismo secular, pela sangria da emigração, pela intervenção de uma Igreja católica alinhada com o Poder instituído. Estas características reforçaram o individualismo camponês⁵⁶, a noção da propriedade da terra como único bem real, fechando os grupos sociais no *seio da família* e impossibilitando o alcançar de objectivos sócio-políticos colectivos⁵⁷.

Para um período mais recente, após a adesão à Comunidade Europeia, Baum faz referência à cultura política do campesinato do Norte, definindo-o como “grupos com altos níveis de apatia política, de religiosidade, insularidade e com aspi-

⁵⁴ Michael BAUM *POLITICAL CULTURE AND CONSEQUENCES OF REVOLUTIONARY CHANGE: WORKPLACE DEMOCRACY AND LOCAL POLITICS IN RURAL PORTUGAL*, Doutoramento em Filosofia na Universidade de Connecticut, EUA, 1997

⁵⁵ José CUTILEIRO *RICOS E POBRES NO ALENTEJO*, 1977, Lisboa; Seita COELHO *OP.CIT.*, 1995

⁵⁶ No seguimento das teses de Tönnies e Redfield

⁵⁷ E os do Desenvolvimento, por atacado.

rações pequeno-burguesas, factores reforçados nas regiões com elevados índices de emigração”⁵⁸.

Nas terras do Sul, pelo contrário, o alto grau de proletarização da mão-de-obra que trabalhava extensas propriedades agrícolas, acicatado pela imagem de um Estado protector da classe terra-tenente, produziu uma classe com consciência de si mesma, capaz de aceitar e de se apoiar num contra-poder ideologicamente colectivista, sobretudo quando catalizada num cadinho económico-social e político, como o foi o período de 1974 e 1975⁵⁹.

Quando os trabalhadores rurais do Sul migraram para a AML, não se tornaram numa força de trabalho estranha, onde o isolamento cultural⁶⁰ se viesse a articular numa força inibidora da politização: tornaram-se, antes, no motor e no cerne da força de trabalho manual da indústria pesada e da construção da Área Metropolitana em franca expansão.

Vários trabalhos⁶¹ relacionavam a tipologia da força de trabalho com os resultados eleitorais do pós-25 de Abril, transmitindo a noção de que o Norte rural vota mais à direita, tem características mais conservadoras, enquanto que o Sul rural vota mais à esquerda, denota uma muito menor prática religiosa⁶², estando mais receptivo às mudanças sociais, económicas e políticas. Por exemplo, Villaverde Cabral, Hammond ou Baum chegaram à conclusão de que, no Sul, o trabalhador rural permanente vota mais comunmente no PS, enquanto que o trabalhador rural temporário o faz no PCP. Por outro lado, as áreas do Continente que produziram mais emigrantes e denotam maior taxa de catolicismo suportam tendencialmente votações mais à direita.

Para a imensa maioria do proletariado rural, vítima da sazonalidade e da forma exploratória do seu trabalho, o PCP apresentava-se como o seu representante natural contra o sistema da ditadura⁶³: a situação sócio-económica e a repressão constante dos descontentamentos forçaram a uma definição política. Para além

⁵⁸ Michael BAUM *Op. Cit.*, 1997

⁵⁹ Michael BAUM *Op. Cit.*, 1997; António BARRETO *Op. Cit.*, 1987; Fernando Oliveira BATISTA *Op. Cit.*, 1992

⁶⁰ Ou linguístico como, por exemplo, quando os emigrantes alentejanos optaram por destinos europeus ou americanos.

⁶¹ Jorge GASPAS *As ELEIÇÕES DE 25 DE ABRIL: GEOGRAFIA E IMAGEM DOS PARTIDOS*, 1976; Mário BACALHAU *Op. Cit.*, 1994; J. L. HAMMOND *ELECTORAL BEHAVIOR AND POLITICAL MILITANCY*, 1979; Manuel VILLAVERDE CABRAL *GRUPOS DE SIMPATIA PARTIDÁRIA EM PORTUGAL: PERIL SOCIOGRÁFICO E ATITUDES SOCIAIS*, in *Análise Social*, Vol. XXX, nº 130, Lisboa, 1995

⁶² Moisés Espírito-Santo refere contundentemente (*A RELIGIÃO POPULAR PORTUGUESA*, Lisboa, 1990): “A Sul do Tejo, região de grande propriedade rural onde o catolicismo nunca foi florescente, o casamento católico é o único acto religioso massivamente seguido, fora do qual as igrejas ficam a apodrecer (...) No distrito de Beja a missa é frequentada por 3 por cento da população, enquanto que o casamento católico é seguido por 68 por cento. No distrito de Braga: a missa, por 60 por cento; o casamento por 98 por cento.

⁶³ Após o falhanço do movimento anarco-sindicalista e da insurreição de 1910/11, o Partido Comunista Português – fundado em 1921 – manter-se-á como um dos poucos partidos políticos organizados em Portugal até às vésperas da Revolução de 1974 e o único que cruzará todo o Estado Novo.

destas circunstâncias, os históricos baixos níveis de participação religiosa – que não obrigatoriamente de religiosidade – reforçam aquelas orientações.

A migração das terras para os subúrbios de Lisboa e para Setúbal trouxeram aquela mão-de-obra - que permanecerá manual e assalariada - para a construção naval, indústria química, siderurgia, construção civil, continuando e até aumentando as suas condições de reivindicação, associativismo, consciência política e de classe, revertendo para a suas terras natais uma posição política mais aprofundada – senão adquirida – e uma capacidade acrescida na forma solidária de organização. No caso alentejano, a religião não obviou o corte, ou sequer uma clivagem significativa que contrariasse a crescente consciencialização política e de classe, ou que invertesse a participação nos actos reivindicativos ⁶⁴. De acordo com Luís de França ou Oliveira Batista ⁶⁵ os *indicadores quantitativos de comportamento religioso* também não se ajustam às fronteiras aparentes do urbano/rural.

O estudo de Baum sugere que as “barricadas” simbólicas e ideológicas em que a sociedade rural alentejana se fraccionou de forma tão marcada durante o processo da Reforma Agrária se estão a desvanecer ⁶⁶. No mínimo pode dizer-se que a experiência da Reforma Agrária já não é um factor determinante no percurso mais recente das atitudes e da participação política da sociedade alentejana, como o foi até, pelo menos, meados da década de oitenta.

Estudos recentes ⁶⁷ apontam as dificuldades que, dados os vários níveis educacionais, o diferente acesso aos bens públicos e a irregular distribuição espacial e social da representação política, não deixa de revelar clivagens e diferenças inter-regionais dos padrões e valores que conduzem – e determinam – a acção e participação política. Noutra linha de análise, situam-se autores ⁶⁸ que defendem uma homogeneização ou atipificação daquelas variáveis com o declínio da cultura e participação política, quer pelo efeito de adesão e integração na União Europeia – modernização e imagem difusa do poder decisional – quer pela uniformização do padrão social trazido pela proliferação dos grandes meios de comunicação, a par ainda da imagem que os políticos fazem – ou querem fazer – transparecer do sistema onde se integram ⁶⁹.

⁶⁴ N. BERMEO *THE REVOLUTION WITHIN THE REVOLUTION: WORKER'S CONTROL IN RURAL PORTUGAL*, Princeton, 1986

⁶⁵ Luís de FRANÇA *COMPORTEAMENTO RELIGIOSO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA*, Lisboa, 1981; Oliveira BATISTA *Op.Cit.*, 1992

⁶⁶ Vejam-se os resultados eleitorais, tais como os das eleições para a Assembleia da República, ou os referendos sobre o Aborto e a Regionalização.

⁶⁷ José MAGONE *EUROPEAN PORTUGAL*, New York, 1997; Michael BAUM *Op.Cit.*, 1997; ou Pedro PEDROSO *Op.Cit.*, 1998

⁶⁸ VILLAVERDE CABRAL *Op.Cit.*, 1997; Mário BACALHAU *Op.Cit.*, 1994

⁶⁹ São hoje claras, para o cidadão, a evidência populista do discurso e da acção do político (sobretudo em campanha eleitoral), que cada vez mais se confundem com os pacotes publicitários de um qualquer produto de consumo imediato.

Neste sentido, em termos eleitorais, constata-se um aumento da abstenção com um padrão muito uniforme ao longo de todo o País. A par desta tendência, o PCP e os sectores mais à esquerda deixaram, na região alentejana, de se mostrar como uma força eleitoral realmente antagonizante ou sequer rivalizante com o PS ⁷⁰.

Por outro lado, o trabalho de Baum deixa perspectivar, sem grande margem de dúvida, que a participação política alentejana não é resultado de um efeito de arrasto ⁷¹ do período revolucionário, mesmo que associado à auto-gestão e/ou às formas de envolvimento mais radicalizadas. Pode mesmo concluir-se que as diferentes orientações políticas das diferentes comunidades do Alentejo – talvez mais evidentes no Baixo Alentejo – serão mais resultado de uma certa continuidade histórica dos padrões básicos da cultura e do comportamento sócio-político da região, não sendo necessariamente resultado de uma ressocialização perante a política, como resultado da Revolução.

É importante voltar a salientar que as características sócio-geográficas do Alentejo se baseiam em aglomerados populacionais concentrados, num regime de produção mais ou menos extensivo, de grande área de exploração, de características capitalistas, suportado por um sistema viário que, apesar de todos os constrangimentos, permite uma fácil circulação de proximidade – contrariamente ao Centro e Norte interior do País, cuja características principais do povoamento assentam em pequenos e disseminados núcleos rurais familiares suportados por uma rede viária mais estrangulada e deficiente. Ou seja, num passado recente, quando o trabalho agrícola se mostrava como a actividade principal da região, também a própria geografia acabou por contribuir para a atitude dos assalariados rurais.

5. Diagnóstico Síntese - Matriz de Avaliação

O formato pelo qual se optou para concretizar a análise comparativa assume a forma de uma matriz de síntese – na linha da metodologia das matrizes *SWOT* – onde se pretende formular o diagnóstico da interacção dos vectores não-económicos. A abertura das variáveis para diagnosticar é uma tarefa particularmente ingrata, dadas as infinitas possibilidades que encerram e o carácter subjectivo a elas associado.

Por isso assumem-se opções. A primeira baseia-se num conhecimento mais palpável do que é inerente à Reforma Agrária e ao Alentejo, facto aliás que está na

⁷⁰ Vide resultados para a Assembleia da República, onde desde 1995 a 2001, todos os distritos alentejanos foram ganhos pelo PS.

⁷¹ *Spillover effect*, no original.

base da sua escolha. Tendo em conta aquela realidade, os vectores serão então desdobrados e equacionados em variáveis, dada a premência de análise que estas manifestam. A segunda opção, à semelhança da prática das ciências experimentais, fundamenta-se na necessidade de partir de um caso particular para, *a posteriori*, generalizar os resultados. O raciocínio é, assim, realizado a partir da avaliação dos efeitos de diversos aspectos particulares e empíricos presentes no território, induzindo-os subseqüentemente para o âmbito mais generalista do sistema económico global e do Desenvolvimento

Para tentar encontrar uma coerência comparativa, categorizou-se o diagnóstico das múltiplas variáveis desagregadas para cada vector não-económico em níveis de avaliação comuns, de acordo com o Quadro que se segue. Foi por isso que, num esforço de síntese, se optou por recorrer à sua simplificação em cinco patamares qualitativos (níveis de avaliação), dos quais dois positivos, dois negativos e um neutro. A sua valência, volta a afirmar-se, é apenas de carácter comparativo, numa óptica de normalização da leitura de elementos tão díspares como os que se seguem.

Diagnóstico Síntese - Nível de Avaliação

Imprescindível/Determinante/Decisivo/Mtº Positivo/Mtº Elevado	++
Importante/Positivo/Elevado/Vantagem	+
Neutro/Nulo/Inexistente/Indeterminado/ Biunívoco	0
Negativo/Baixo/Fraco/Dependente/Desvantagem	-
Muito Negativo/Muito Baixo/Muito Fraco	-

Da matriz seguinte pode ter-se uma noção de como os diferentes vectores podem ter interferência num processo específico (o da Reforma Agrária) e de como, de entre eles, jogam as diferentes variáveis em análise.

A indução realizada (para o Sistema Económico Global e o Desenvolvimento) é, mais uma vez, um exercício onde impera alguma dose de subjectividade. Não podendo, de forma directa, imputar-se a totalidade da análise a partir das variáveis consideradas para a Reforma Agrária, como de resto seria de esperar, foi comum o recurso às abordagens teóricas clássicas para a sua categorização complementar.

O Vector e a Variável	Efeitos sobre o processo De Reforma Agrária e o Alentejo	Efeitos sobre o Sistema Económico Global e o Desenvolvimento
GEOGRAFIA E FISIOGRAFIA		
• Determinismo geográfico	<input type="checkbox"/> Muito elevado , dada a enorme dependência dos factores produtivos e das actividades económicas face ao meio natural.	<input type="checkbox"/> Elevado , se estiverem em questão elementos naturais, populacionais ou elementos dependentes de recursos primários.
• Meio físico • (ar, água, solo, etc.)	<input type="checkbox"/> Vantagem , quanto à quantidade de solo disponível. <input type="checkbox"/> Desvantagem , quanto ao clima, qualidade geral do solo e disponibilidade de água	<input type="checkbox"/> Dependente da disponibilidade de matéria-prima se se tratar do sector secundário ou de variáveis ambientais, se relativas ao sector primário ou ao terciário com proximidade ambiental.
• Alterações de uso de solo	<input type="checkbox"/> Baixo ou nulo quanto à alteração para novos usos. <input type="checkbox"/> Baixo , na circunstância da geração de espaços complementares.	<input type="checkbox"/> Determinante quanto à evolução do processo de dinamização do Desenvolvimento. <input type="checkbox"/> Processo biunívoco quanto às alterações do sistema económico.
• Alterações do conceito do espaço rural	<input type="checkbox"/> Elevado , num contexto simbólico de retorno ao conceito de <i>mundo rural/agricultura</i> como base da produção alimentar.	<input type="checkbox"/> Positivo quanto ao contexto de aproximação (e de contiguidade) do espaço urbano ao espaço rural. <input type="checkbox"/> Elevado , na transformação da utilização de factores de produção locais.
AMBIENTE E ECOLOGIA		
• Consciência ambiental	<input type="checkbox"/> Baixo ou inexistente , na senda do padrão nacional.	<input type="checkbox"/> Elevado , em sistemas económicos integrados e desenvolvidos. <input type="checkbox"/> Baixo ou nulo em sistemas económicos tradicionais ou pouco desenvolvidos.
• Práticas ambientais	<input type="checkbox"/> Positivo , quanto ao uso de práticas tradicionais e ancestrais. <input type="checkbox"/> Negativo quando, na procura da produtividade, as preocupações ambientais são inexistentes ou muito reduzidas.	<input type="checkbox"/> Muito positivo para a prossecução dos objectivos de sustentabilidade das actividades e para o alcançar de elevados níveis de bem-estar das comunidades. <input type="checkbox"/> Negativo , se não estiverem presentes ou se se mostrarem inconsequentes.
• As leis e o objectivo do Estado	<input type="checkbox"/> Praticamente inexistente .	<input type="checkbox"/> Muito relevante na regulação dos meios para a salvaguarda dos objectivos colectivos.
• Eficácia da acção ambiental	<input type="checkbox"/> Baixo ou nulo , enquanto objectivo normativo ou de acção empresarial. <input type="checkbox"/> Algo negativo , quando as práticas tradicionais foram enviesadas por objectivos de rentabilidade imediata.	<input type="checkbox"/> Elevado , numa consideração integrada e como objectivo geral da sociedade. <input type="checkbox"/> Nulo ou negativo quando, numa consideração de pequena dimensão, emergem deseconomias de escala.
• A acção do Estado (formação e controlo)	<input type="checkbox"/> Praticamente inexistente à data	<input type="checkbox"/> Determinante na monitorização das acções. <input type="checkbox"/> Determinante para a promoção ambiental e a formação do cidadão
HISTÓRIA		
• Tradição numa faceta do Desenvolvimento	<input type="checkbox"/> Importante , para o Desenvolvimento consciente de uma raiz comum, num papel agregador das comunidades. <input type="checkbox"/> Desvantagem , dado o papel imobilista do desenvolvimento económico e social, baseado em determinismos geográficos.	<input type="checkbox"/> Positivo , quanto aos elementos agregadores da raiz comum. <input type="checkbox"/> Negativo , quando à tradição corresponde inércia, atavismo ou imobilismo.
• Consciência colectiva dos grupos sociais	<input type="checkbox"/> Elementos agregadores muito positivos . <input type="checkbox"/> Elevados contornos de identidade regional e social local.	<input type="checkbox"/> Positivo , quanto aos elementos agregadores da raiz comum. <input type="checkbox"/> Vantagem , uma vez que a consciência do passado histórico amplia o conceito de acção social ao incluir formas de comportamento ancestrais.
• Hábitos e práticas adquiridos na proximidade com outros povos	<input type="checkbox"/> Fracó , uma vez que a noção de ancestralidade remete para uma menor desventura do espírito de iniciativa. <input type="checkbox"/> Baixo , dada a pouca proximidade com outros povos (de "costas voltadas" para Espanha). <input type="checkbox"/> Negativo , pela importação de modelos desequilibrados e até forçados provenientes da matriz socialista europeia e soviética.	<input type="checkbox"/> Muito positivo , quando se obtêm vantagens quanto à inovação, trocas ou mercados. <input type="checkbox"/> Negativo , se a importação dos modelos trazer um impacto redutor sobre a dinâmica produtiva.

O Vector e a Variável	Efeitos sobre o processo De Reforma Agrária e o Aletjejo	Efeitos sobre o Sistema Económico Global e o Desenvolvimento
• Ciclos e fases históricas	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Importante, na consideração de que estava integrado numa fase onde, sobretudo desde o Maio de 68, as teorias libertárias e marxistas prevaleciam pela Europa. <input type="checkbox"/> Elevado, inserido num ciclo de ruptura com o passado, alicerçado na abertura democrática, e na perspectiva de abertura à Europa. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, se inserido num ciclo de crescimento, promovendo efeitos de arrasto sobre as actividades e sobre os níveis de confiança dos grupos. <input type="checkbox"/> Negativo, se dentro de um ciclo de recessão.
POPULAÇÃO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA		
• Dinâmica da população	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Negativo, quanto à baixa fecundidade regional, dada a incapacidade de reposição dos efectivos. <input type="checkbox"/> Negativo, quanto ao envelhecimento da estrutura populacional e da sustentabilidade da mão-de-obra. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, se a reposição dos efectivos se processa num ritmo alto, superior ou idêntico à substituição de gerações. <input type="checkbox"/> Negativo, se ocorre um envelhecimento generalizado dos efectivos demográficos e/ou da mão-de-obra.
• Mobilidade da população	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, quanto à tradicionalmente elevada mobilidade da mão-de-obra intra-regional. <input type="checkbox"/> Positivo, ao ter promovido a fixação de efectivos demográficos. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, quando se verifica uma elevada propensão para a mobilidade da mão-de-obra. <input type="checkbox"/> Negativo, quando as saídas populacionais se processam de forma massiva e num volume superior à das entradas de efectivos.
• Mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Muito elevado, dada a redução do desemprego crónico regional e uma maior fixação populacional. <input type="checkbox"/> Positivo, na concretização do Contrato Colectivo de Trabalho e de outras regalias sociais. <input type="checkbox"/> Positivo, quanto à diminuição da precariedade da mão-de-obra assalariada e da sua dependência dos aspectos aleatórios (vontade patronal, condições climáticas, sazonalidade das culturas, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, se existir uma situação de abertura de mercado com base na estabilidade do emprego. <input type="checkbox"/> Positivo, se o capital humano se assume como peça decisiva na articulação económica. <input type="checkbox"/> Negativo, quando ocorre uma elevada instabilidade profissional e/ou desemprego acentuado.
• Formação dos indivíduos	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, ao promover o aumento de escolaridade e combater o analfabetismo. <input type="checkbox"/> Determinante quanto ao sucesso da gestão das UCP's/Coop. <input type="checkbox"/> Negativo, pela baixa formação dos seus quadros e dada ausência de quadros médios e superiores. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Altamente positivo, dada a elevada correlação entre o nível de formação da mão-de-obra e dos indivíduos em geral e os mais elevados níveis do Desenvolvimento. <input type="checkbox"/> Importante para a formação de uma consciência própria do crescimento da sociedade face aos recursos disponíveis, em particular quanto à aceitação do planeamento familiar enquanto medida de regulação do Desenvolvimento. <input type="checkbox"/> Negativo, porque às sociedades mais desenvolvidas corresponde uma fase de retracção demográfica, com um envelhecimento pela base – diminuição dos nascimentos – e pelo topo – aumento da esperança de vida e, portanto, dos mais idosos.
ORGANIZAÇÃO SOCIAL		
• Capital Social	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Elevado, pelo conhecimento e capacidades que os homens transportavam consigo, facto catalisado pela particularidade de os indivíduos se envolverem, trabalharem em conjunto, participando e organizando-se para uma causa comum. <input type="checkbox"/> Baixo, no sentido de as componentes complementares, como a formação, a incorporação tecnológica, a inovação ou a investigação serem deficitárias e não promoverem a confiança nos resultados próprios. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Muito positivo, dada a absoluta necessidade de os indivíduos trabalharem em conjunto, em grupos ou organizações, na prossecução de causas comuns para que se processe o Desenvolvimento. <input type="checkbox"/> Positivo, se ocorrerem as condições complementares (formação, I&D, inovação) que ampliem as raízes culturais no sentido do aumento de confiança no sistema. <input type="checkbox"/> Negativo, se não forem ultrapassados os constrangimentos de origem sócio-cultural, identitários do bem comum, tornando-se então num obstáculo ao sistema.

O Vector e a Variável	Efeitos sobre o processo De Reforma Agrária e o Alentejo	Efeitos sobre o Sistema Económico Global e o Desenvolvimento
• Confiança no sistema por parte dos actores	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Muito elevado, enquanto o PREC fazia depender da acção popular o sucesso das acções empreendidas. <input type="checkbox"/> Baixo, quando o Estado interveio contra as acções já tomadas, em particular quando as forças policiais tomaram a posição da contra-Reforma Agrária. <input type="checkbox"/> Muito baixo, quando às decisões favoráveis dos tribunais não corresponderam acções efectivas por parte do Estado e das forças policiais no sentido de reporem a legalidade. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Muito elevado, enquanto elo de ligação entre o plano individual, o dos grupos sociais e o das instituições. <input type="checkbox"/> Positivo, se às instituições de poder corresponder a percepção de eficácia, de justiça, de equidade de oportunidades e da prevalência do mérito na ascensão profissional e social. <input type="checkbox"/> Muito negativo, se as instituições estiverem conotadas com inércia, ineficácia, injustiça, arbitrariedade ou corrupção.
• Delimitação rural / urbano	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Importante quanto à formação da consciência da acção local. <input type="checkbox"/> Negativo, dado o afastamento dos diversos patamares dos centros de decisão do território (Governo, partidos políticos, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo quando é elemento de coesão da identidade regional e local. <input type="checkbox"/> Relativamente elevado, quanto a uma divisão racional da produção e das actividades, com ganhos em eficácia de gestão e em mecanismos de progresso. <input type="checkbox"/> Negativo, enquanto elementos contrapolares, deixando à cidade a noção de bom, com uma inerente clivagem face à restante sociedade.
• Divisão do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, na concretização do Contrato Colectivo de Trabalho. <input type="checkbox"/> Negativo, ao não ultrapassar as contingências do trabalho não especializado. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, se à divisão funcional do trabalho, para além de corresponder um inerente incremento de produtividade, trazer dividendos qualitativos para o lado da mão-de-obra.
• Papel da mulher	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Neutro, dado o seu estatuto não ter sido reconhecido pela sua especificidade, apenas com ganhos por efeitos de arrastamento das conquistas sociais gerais. <input type="checkbox"/> Estático, em termos evolutivos, tendo mantido no essencial os seus direitos e deveres tradicionais. <input type="checkbox"/> Negativo, por não ter conseguido atingir o efeito trabalho igual, salário igual, embora este tenha sido um dos objectivos fundamentais da Reforma Agrária. <input type="checkbox"/> Negativo, dado não lhes ter sido reconhecida uma evolução evidente do seu estatuto na nova sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Importante na evolução da sociedade, quer enquanto elemento integrante do mercado de trabalho, quer como elemento agregador preponderante do núcleo familiar. <input type="checkbox"/> Negativo, se à especificidade da maternidade ou de outras situações próprias, lhe estiverem imputadas relações de discriminação social e/ou profissional.
FACTORES CULTURAIS		
• Sistema de Confiança por parte dos actores	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, porque foram atenuados os tradicionais níveis de desconfiança no sistema social <input type="checkbox"/> Negativo, quando os padrões culturais encontraram nova validade para fazerem emergir a desconfiança como arma de defesa contra o sistema. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, se forem ultrapassados os "medos" no devir <input type="checkbox"/> Negativo, se o grau de desconfiança por parte dos agentes se sobrepuser à auto-regeneração cultural e fizerem dela uma protecção contra o sistema.
• Relações de classes	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Elevado quanto à ruptura gerada no <i>status quo</i> vigente até ao 25 de Abril. <input type="checkbox"/> Positivo, quanto à tradução dos novos valores (por oposição aos valores tradicionais) a partir dos conceitos de base dos princípios da revolução de Abril: liberdade, igualdade, nacionalizações, reforma agrária, alfabetização, direitos e deveres do cidadão, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, se introduzir novos valores e novos conhecimentos na sociedade. <input type="checkbox"/> Positivo, quando faz elevar o nível de politização e de participação (mais informação política faz elevar a cultura política). <input type="checkbox"/> Negativo, se do confronto de classes ou da falta de consciência de classe não ficar presente que às diferentes classes se imputam objectivos diferentes.
• Papel da mulher	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, quanto ao aumento da participação feminina no trabalho e nas decisões das UCP's. <input type="checkbox"/> Positivo, quando lhes foi reconhecida a possibilidade de recorrer a instituições de apoio (creches, etc.) para a educação dos filhos, libertando-as para outras tarefas. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, se detiver um estatuto de igualdade, ou se pelo menos reivindicar essa condição. <input type="checkbox"/> Positivo, desde que, tendo mais direitos, os venha de facto a exercer.

O Vector e a Variável	Efeitos sobre o processo De Reforma Agrária e o Alentejo	Efeitos sobre o Sistema Económico Global e o Desenvolvimento
<ul style="list-style-type: none"> • Os ideais e o imaginário 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Muito elevado, na criação de elementos identitários. <input type="checkbox"/> Muito positivo na passagem para o exterior de elementos simbólicos regionais como unificadores do movimento social e político global do País (Grândola, Vila morena, por exemplo). 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, enquanto factor de coesão da sociedade e, em particular, das comunidades. <input type="checkbox"/> Negativo, quando ultrapassa o limite da tolerância face à convivência com outros grupos e ideários.
<ul style="list-style-type: none"> • A ética e a moral do trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Elevado, ao nível interno do colectivo de trabalhadores das UCP's/Coop. <input type="checkbox"/> Elevado, quanto à percepção transmitida para o exterior, do sacrifício e da exigência do papel individual e colectivo dos intervenientes na Reforma Agrária. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Muito elevado, na medida em que a medida-padrão das sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento se baseia na dignificação do trabalho, sendo este um valor em si mesmo. <input type="checkbox"/> Positivo, ao valorizar as capacidades individuais e colectivas (na quantidade, na qualidade, mas também quanto ao intelectual). <input type="checkbox"/> Positivo, podendo ser uma base da transformação das sociedades.
<ul style="list-style-type: none"> • A ética e moral partidária 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Muito elevado impacto, dado o percurso, mesmo o anterior ao 25 de Abril, que os comunistas vinham cultivando enquanto postura ideológica de referência. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, no sentido de se estabelecerem níveis de confiança elevados face aos agentes colectivos e, assim, se promoverem níveis de debate eticamente superiores. <input type="checkbox"/> Negativo, quando à ética expressa dos partidos está subjacente uma imagem de corrupção ou de inércia., mesmo que em termos práticos aquelas motivações se mostrem suficientes para ganhar a discussão pelo poder executivo.
<ul style="list-style-type: none"> • A crença religiosa 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Baixo, por tradição na região, aumentando do Baixo para o Alto Alentejo, com o espírito ácrata a se sobrepor ao catolicismo. <input type="checkbox"/> Reduzida ou inexistente discussão do assunto. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, se se mostrar como um catalisador das actividades e da participação da cidadania. <input type="checkbox"/> Negativo, se se mostrar como fenómeno de atavismo de contornos sociais e políticos
<ul style="list-style-type: none"> • A adesão e participação religiosa 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Mais elevada por parte das mulheres, baixa ou quase inexistente por parte dos homens. <input type="checkbox"/> Significativo ao nível do casamento e morte, quase inexistente quanto a outras práticas sociais (nascimento ou missa). 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, se numa base de participação cívica. <input type="checkbox"/> Negativo se, num posicionamento conservador, assumir um papel de inibição à inovação e/ou à expressão.
A POLÍTICA E O PAPEL DO ESTADO		
<ul style="list-style-type: none"> • Confiança no sistema por parte dos actores 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Muito elevado a partir do 25 de Abril e durante o PREC. <input type="checkbox"/> Elevada em relação ao partido de maior expressão social (PCP) <input type="checkbox"/> Reduzido ou nulo, sobretudo face ao Estado, a partir das decisões de contra-Reforma Agrária. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Imprescindível para que ocorra o processo de desenvolvimento. <input type="checkbox"/> Muito elevado, se ao papel decisório da política lhe estiver inerente um reflexo na sociedade civil. <input type="checkbox"/> Muito negativo, se o grau de desconfiança por parte dos agentes se sobrepuser à capacidade de acção.
<ul style="list-style-type: none"> • A decisão política 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Muito positivo, na primeira fase, quando se mostrou dinamizadora da acção. <input type="checkbox"/> Negativo, numa fase ulterior, revelando-se contrária aos interesses de uma larga maioria e favorável a uma minoria de agentes e elites político-económicas. <input type="checkbox"/> Muito negativo, de asfixia estratégica das instituições locais e regionais, quando o Poder pretendeu reduzir o espaço de manobra do partido de maior significado regional (PCP). 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Muito positivo, quando procura uma base de sustentação, que permita obter a confiança e a participação generalizada dos agentes. <input type="checkbox"/> Positivo, quando demonstra competência técnica na decisão. <input type="checkbox"/> Negativo, quando ignora a sustentabilidade da sociedade civil, sobretudo por parte das maiorias. <input type="checkbox"/> Muito negativo, quando à decisão está associada a percepção de ser resultado de pressão externa, de ineficácia ou de corrupção.

O Vector e a Variável	Efeitos sobre o processo De Reforma Agrária e o Alentejo	Efeitos sobre o Sistema Económico Global e o Desenvolvimento
• A participação individual	<input type="checkbox"/> Muito elevado , sobretudo no estrato dos assalariados, dos alugadores de máquinas e dos seareiros.	<input type="checkbox"/> Imprescindível , seja qual for a sua motivação. <input type="checkbox"/> Elevado , quanto à criação de agentes motores e indutores do desenvolvimento.
• O envolvimento colectivo	<input type="checkbox"/> Determinante enquanto movimento de massas. <input type="checkbox"/> Elevado , baseado na estratificação social dos trabalhadores agrícolas e no perfil partidário dos actores locais e regionais.	<input type="checkbox"/> Positivo , no desenvolvimento das sociedades democráticas, que só assim se assumem verdadeiramente como tal. <input type="checkbox"/> Determinante , quanto à legitimação dos regimes, das acções políticas e administrativas e da afirmação da cidadania. <input type="checkbox"/> Negativo , se não houver participação associativa quer quanto ao controlo do sistema por parte do cidadão, quer quanto à capacidade de reivindicação dos grupos sociais junto das esferas do poder.
• A identificação partidária e o imaginário de política	<input type="checkbox"/> Positivo numa primeira fase, com a aderência dos partidos de esquerda a funcionar como catalizadora do processo. <input type="checkbox"/> Negativo e desmotivador, quando passou a ser como que o símbolo de uma "causa perdida".	<input type="checkbox"/> Positivo , enquanto consideração de democracia formal (liberdade de expressão, de reunião, respeito pelos direitos humanos, etc.) é um elemento preponderante para que ocorra o processo de Desenvolvimento. A filiação ou a identificação partidária é subsidiária destes pressupostos <input type="checkbox"/> Negativo se, mesmo presente os conceitos anteriores, as comunidades se alhearem do debate político, esterilizando-o para os efeitos do Desenvolvimento.
• Papel do Estado	<input type="checkbox"/> Muito positivo , quando integrou o conteúdo político do processo na Constituição Portuguesa. <input type="checkbox"/> Muito elevado , quando nacionalizou terras e as integrou no processo. <input type="checkbox"/> Positivo , quando criou instituições de fomento e acompanhamento da Reforma Agrária. <input type="checkbox"/> Negativo , quando retirou sustentação política à legitimidade do processo.	<input type="checkbox"/> Determinante no processo de priorização de actividades e de recursos a afectar, assim como na uniformização do padrão das normas sociais. <input type="checkbox"/> Positivo , quanto ao papel de garante do sistema económico e financeiro.
• As leis, enquanto acto de decisão	<input type="checkbox"/> Muito positivo , quando integrou o conteúdo programático fundamental da Reforma Agrária na Constituição Portuguesa e promoveu o enquadramento legal. <input type="checkbox"/> Muito negativo , quando legislou em sentido contrário aos interesses do processo.	<input type="checkbox"/> Decisivo , num Estado de direito, se o normativo regular com flexibilidade as dinâmicas instaladas. <input type="checkbox"/> Determinante , enquanto conteúdo programático e normativo das decisões e das acções a desenvolver. <input type="checkbox"/> Negativo se a legislação servir de travão à acção e à dinâmica dos agentes e do território.
• Papel e intervenção política da Igreja	<input type="checkbox"/> Baixo , durante o PREC, preferindo uma discreta participação ao nível político. <input type="checkbox"/> Negativo , depois, numa colagem aos movimentos políticos e sociais de cariz contrário, sobretudo face ao comportamento e motivação político-partidária dos interve-nientes. <input type="checkbox"/> Positivo , numa fase mais tardia, na clarificação da menor honestidade das diversas esferas de poder perante os colectivos sociais envolvidos.	<input type="checkbox"/> Positivo , quando numa posição esclarecida junto das diversas instâncias de Poder, nomeadamente enquanto alavanca de contra-poder em favor dos mais desfavorecidos. <input type="checkbox"/> Negativo , quando em situação de colagem ao Poder e/ou de sustentação de posições autocráticas. <input type="checkbox"/> Negativo , se não mostrar abertura à evolução da sociedade, mantendo posições retrógradas e conservadoras.
• Papel dos sindicatos	<input type="checkbox"/> Positivo , quanto à consistência organizativa das ocupações e da gestão das UCP's. <input type="checkbox"/> Positivo , na discussão e concretização dos contratos colectivos de trabalho. <input type="checkbox"/> Negativo , quanto à excessiva colagem partidária.	<input type="checkbox"/> Importante na gestão e normalização da sociedade democrática. <input type="checkbox"/> Vantagem , como base de representatividade, da presença dos trabalhadores enquanto agentes da concertação social. <input type="checkbox"/> Negativo , quando resultam como forças de bloqueio global, ainda que com legitimidade sectorial.

O Vector e a Variável	Efeitos sobre o processo <i>De Reforma Agrária e o Alentejo</i>	Efeitos sobre o Sistema Económico Global <i>e o Desenvolvimento</i>
• Sistema eleitoral	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, quando à força política maioritária lhe correspondeu uma preponderância da acção e lhe legitimou as práticas políticas. <input type="checkbox"/> Importante enquanto dinamizador do plano local face ao nacional <input type="checkbox"/> Negativo, dada a conotação com o PCP que o global da região irá tomar junto das instâncias de poder de cor contrária. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, enquanto corolário do sistema de participação democrática. <input type="checkbox"/> Negativo, quando todo o jogo político-social reduz a participação do cidadão ao acto eleitoral.
DIREITO E DECISÕES JUDICIAIS		
• Efeito normativo	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Nulo, sendo inexistente na fase das ocupações de terras. <input type="checkbox"/> Negativo, pelo antagonismo face ao processo na fase intermédia de contra Reforma Agrária. <input type="checkbox"/> Negativo ou inconsequente quando de decisão favorável às UCP's, imperativo quando de decisão contrária às UCP's, numa fase ulterior. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Imprescindível na regulação do sistema e na definição dos mecanismos, se permanecer como poder independente. <input type="checkbox"/> Muito negativo, se servir de travão à iniciativa ou à inovação.
• Independência das outras esferas de poder	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Negativo, dada a subordinação excessiva à esfera político-económica, mesmo tendo havido decisão independente. <input type="checkbox"/> Negativo, porque não se mostrou eficaz quanto ao cumprimento das suas próprias decisões. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, se for preservada a independência dos tribunais. <input type="checkbox"/> Negativo se, embora tomadas de forma independente, as suas decisões não forem cumpridas.
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		
• Papel da inovação	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Relativamente fraca incorporação de inovações. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Muito elevado, por ser um elemento que fará a diferença na alteração qualitativa do sistema. <input type="checkbox"/> Baixo, se à inovação não forem criadas formas de a integrar e/ou de tirar vantagem dentro da região (fuga para outras regiões).
• Tecnologia apropriada	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, porque mesmo que recorrendo a um sistema extensivo concebido em bases ecológicas forma conseguidos rendimentos superiores, portanto atingido maior eficácia face a sistemas intensivos que, para as mesmas condições, exigem encargos energéticos muito mais elevados. <input type="checkbox"/> Indeterminado, em aparente vantagem quanto à introdução de novas técnicas e/ou aos seus impactos, por poucas que tenham sido. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Determinante para a sustentabilidade das actividades. <input type="checkbox"/> Positivo, quanto à preservação da bio-diversidade. <input type="checkbox"/> Desvantagem, se se optar por sistemas cuja rentabilidade seja imposta à custa de acréscimos energéticos irracionais.
• Eficácia produtiva	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, dada a introdução de novos modelos de gestão. <input type="checkbox"/> Positivo, dado o real aumento de produtividade. <input type="checkbox"/> Negativo, uma vez que, mesmo tendo provado um aumento de eficácia, não terá reconhecimento institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Decisivo, quando ao aumento da produtividade, correspondem vantagens sociais e ambientais. <input type="checkbox"/> Positivo, caso se encontrem modelos de gestão adequados às especificidades próprias.
• Dimensão da unidade produtiva	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, se de acordo com as culturas produzidas, estas tirarem proveito das economias de escala. <input type="checkbox"/> Negativo, no caso em que, face à mão-de-obra ocupada, se perdeu em eficácia e produtividade. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Positivo, se adequada à estrutura de mercado. <input type="checkbox"/> Negativo, se se entrar em deseconomias de escala.
• Centros de investigação	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Negativo, dado o afastamento (e a difícil acessibilidade) aos centros nacionais e europeus. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Muito positivo, pelo aumento da velocidade de inovação que podem introduzir no sistema. <input type="checkbox"/> Positivo, enquanto catalizador das capacidades endógenas das regiões e mobilizador das potencialidades e das vontades dos agentes.

6. Nota Conclusiva

Das hipóteses de trabalho inicialmente formuladas para testar a determinância dos vectores não-económicos na interacção com o desenvolvimento económico, pode afirmar-se sem grande ambiguidade que a primeira prevalece: *os vectores não-económicos interferem ou têm uma influência evidente, mostrando-se fundamentais para que o Desenvolvimento ocorra*. Ou seja, de um vasto conjunto de vectores, desde os factores geográficos e ambientais, aos históricos, demográficos e sociais, passando pelos éticos e culturais, os políticos e do direito, aos da tecnologia, inovação e investigação, verifica-se que, inevitavelmente, surgem relações de elevada correlação.

Uma vez tomados de forma isolada, a interferência dos vectores com o económico pode apresentar contornos mais difusos. Contudo, da interacção sistémica, mesmo as variáveis mais discretas têm aspectos, negativos ou positivos, subsidiários para o Desenvolvimento, sobre quem assumem uma indiscutível influência.

De facto, para algumas das variáveis desagregadas, no caso do Alentejo e da Reforma Agrária, não foi possível determinar qualquer interferência positiva ou negativa, ou seja, em determinadas situações, para um caso específico, não foram encontradas determinâncias evidentes. Este facto, contudo, não elimina a hipótese de que, noutras circunstâncias, a mesma questão não se possa revestir de um outro peso relativo; assim como, de que as considerações levantadas para o caso de estudo se podem mostrar irrelevantes para outras análises ou outros contextos.

As linhas de análise apontam, assim, para que se possa afirmar que **os vectores não-económicos têm de facto uma interferência fundamental para que ocorra o Desenvolvimento económico**.

A resposta à Segunda questão – *qual ou quais os vectores mais relevantes* – levanta uma outra ordem de considerações. Numa análise sistémica, obviamente que todas as vertentes terão o seu peso relativo na componente total, por isso é, desde muito cedo, possível admitir que uns mais que outros assumem relevância diferencial. Será na passagem do caso particular para o geral integrado, para uma tipologia teórica e formal, que a percepção do real se desvanece, correndo-se o risco de serem assumidas afirmações contraditórias, onde a presunção do conhecimento total do sistema é muitíssimo mais falível.

A análise da Reforma Agrária cruzou todo este trabalho. Com ela, veio a confirmar-se a convicção, expressa na *Introdução*, que este era um processo que ainda acendia fortes paixões e, sobretudo, que necessitava de deixar correr o tempo para que pudessem tomar corpo análises eficazes.

Contudo, sendo verdade, merece reparo o facto de o processo, tal como ocorreu, não ter vingado sobretudo por causas de origem política. Estiveram presentes vontades, éticas, recursos naturais, linhas condutoras assentes em fortes percursos

sociais e históricos, mas faltaram a gestão, os recursos técnicos, o direito, a afirmação política. Faltou, ainda, a convicção, o sentimento político que ultrapassasse meras estratégias partidárias e que, pelo menos para o Alentejo, entendesse a necessidade de efectuar uma reforma agrária capaz de conseguir mecanismos alternativos que contrariem a espiral de estagnação em que a região entrou.

Para justificar este aspecto conclusivo elaborou-se um quadro sinopse onde se destacam os casos tidos como mais significativos. As condições que lhe estão subjacentes foram retiradas dos níveis de avaliação da Matriz de Diagnóstico: estão presentes, no essencial, os extremos superior e inferior designados no Quadro Níveis de Avaliação, referido atrás.

Quadro 2 - Sinopse para a Reforma Agrária e o Alentejo

Vectores	Variáveis	Efeitos sobre a Reforma Agrária
Aspectos geográficos	Determinismo geográfico	++
História	Consciência colectiva dos grupos sociais	++
População	Mercado de trabalho	++
	Formação dos indivíduos	++
Organização social	Confiança no sistema por parte dos actores	++ ou --
	Relações de classes, posse e reprodução dos meios de produção	++
Factores culturais	Os ideais e o imaginário	++ e ++
	A ética e a moral partidária	++
Política e o papel do Estado	Confiança no sistema por parte dos actores	++
	A decisão política	++ ou --
	A participação individual	++
	O envolvimento colectivo	++
	O papel do Estado	++ e ++
	As leis enquanto acto de decisão	++ ou --
Direito	As leis enquanto acto normativo	++ ou --

Nota explicativa: Quando se referenciam dois grupos de efeitos (++ e/ou --) isso significa que existem na Matriz de Avaliação duas variáveis às quais se atribuíram significância muito relevante nos seus Níveis de Avaliação.

Como se pode constatar com facilidade, **os factores políticos dominam, embora os vectores populacionais, culturais e relativos à organização social demonstrem também um certo destaque.**

Realizando o mesmo tipo de exercício, agora na óptica do sistema económico global e do Desenvolvimento, verifica-se que **as variáveis associadas ao vector Política e o papel do Estado se mantêm como as de maior pendor. Também os relacionados com o Ambiente e com a Organização social têm uma relevância muito significativa.**

Ou seja, constata-se uma **inerência muito concreta entre o âmbito político enquanto vector não-económico** – mesmo quando se analisam outros vectores a relação com o político tem destaque – **e o âmbito do desenvolvimento económi-**

co. Aparentemente a proximidade entre ambos é de tal maneira evidente que se podem verificar níveis críticos de promiscuidade, ou seja, o político e o económico assumem-se tão próximos que os restantes vectores, pese o seu contributo próprio, acabam por ficar subalternizados no sistema

Quadro 3 - Sinopse para o Sistema Económico Global e o Desenvolvimento

Vectores	Variáveis	Efeitos sobre o Sistema Global
Aspectos geográficos	Alterações de uso de solo	++
Ambiente	Práticas ambientais	++
	As leis e o objectivo do Estado	++
	A acção do Estado (formação e controlo)	++ e ++
História	Hábitos e práticas adquiridos na relação com outros povos	++
População	Formação dos indivíduos	++
Organização social	Capital social	++
	Confiança no sistema por parte dos actores	++ ou --
	Relações de classes, posse e reprodução dos meios de produção	++
Factores culturais	A ética e a moral do trabalho	++
Política e o papel do Estado	Confiança no sistema por parte dos actores	++ e ++ ou --
	A decisão política	++ ou --
	A participação do cidadão	++
	O envolvimento colectivo	++
	O papel do Estado	++
Direito	As leis enquanto acto de decisão	++ e ++
	As leis enquanto acto normativo	++ ou --

Nota explicativa: Quando se referenciam dois ou mais grupos de efeitos (++ e/ou --) isso significa que existem na Matriz de Avaliação duas ou mais variáveis às quais se atribuíram significância muito relevante nos seus Níveis de Avaliação.

Nota final:

Obviamente que a abordagem aqui apresentada, face à densidade e dinâmica da questão de fundo, não pode ser dada por concluída. Longe disso. O trabalho científico, porém, é feito de etapas consecutivas, no que se assume que o próximo passo é, definitivamente, ir mais além.